Capítulo 9

O problema palestinese nos primeiros anos do pós-guerra

Alexandre Lissovsky

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LISSOVSKY, A. *2000 anos depois: o renascimento de Israel* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. O problema palestinese nos primeiros anos do pós-guerra. pp. 270-326. ISBN: 978-85-7982-003-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 9

O PROBLEMA PALESTINENSE NOS PRIMEIROS ANOS DO PÓS-GUERRA

Não é fácil ser judeu.

Péguy

Ao se iniciar o ano de 1945 já não era difícil prever-se, para futuro bastante próximo, o término da conflagração, e nenhuma dúvida restava quanto ao seu resultado final. Era, pois, perfeitamente compreensível a atitude dos dirigentes e massas sionistas que desejavam, e ansiosamente aguardavam – consideradas as novas circunstâncias decorrentes da guerra – uma reformulação da política britânica em relação à Palestina. O governo inglês, porém, recusava-se a qualquer definição, sob o fundamento de que era preciso aguardar o fim da guerra. Foi isso alegado por Churchill em conversa particular com Weizmann, e o mesmo pretexto seria apresentado pelo primeiro-ministro em declaração perante a Câmara dos Comuns a 27 de fevereiro de 1945 (duas semanas após o encerramento da Conferência de Yalta). Assim, ao terminar em maio a guerra na Europa – e é o historiador inglês George Kirk que o afirma – “a impaciência dos sionistas para com o White Paper por motivos políticos e ideológicos fora imensamente aumentada pela adição de considerações outras, mais urgentes, provenientes de seu desejo de proporcionar na Palestina lares para os sobreviventes do judaísmo do continente europeu”¹.

¹ É ainda Kirk que diz que, para a maioria desses sobreviventes, estimados em cerca de um milhão e meio, “parecia não haver futuro nos países onde haviam sofrido crueldades tão pavorosas; nem qualquer outro refúgio de além-mar apresentava-se então em nível considerável”.

No mesmo mês de maio reuniu-se a conferência anual do Partido Trabalhista Britânico. Nessa oportunidade o Dr. Hugh Dalton (então integrando o gabinete presidido por Churchill) declarou que seu partido já tornara “abundantemente clara” sua posição favorável a uma imigração sem restrições de judeus na Palestina. E, após reiterar compromissos anteriores do Partido a favor de um Estado Judeu, afirmou:

...considerando os indescritíveis horrores sofridos pelos judeus da Alemanha e outros países ocupados da Europa, é moralmente errado e politicamente indefensável opor obstáculos à entrada na Palestina de quaisquer judeus que para lá queiram ir. Achamos que a imigração judaica deve ser permitida sem as presentes limitações que a obstruem, e também temos declarado com toda clareza ser indispensável que haja perfeito acordo e cooperação entre os governos britânico, americano e soviético. Em minha opinião devem ser tomadas medidas, em consulta com aqueles dois governos, no sentido de conseguirmos apoio comum para uma política que nos dê na Palestina um Estado Judeu livre, próspero e feliz.

Passadas cerca de duas semanas da rendição alemã (portanto ainda em maio), apresentou a Agência Judaica ao governo britânico uma série de pedidos, constantes dos seguintes itens: a) que fosse anunciada a decisão imediata de tornar a Palestina um Estado Judeu; b) que a Agência Judaica fosse investida da necessária autoridade para trazer à Palestina tantos judeus quanto fosse possível, e para desenvolver, rápida e integralmente, todos os recursos do país; c) que fosse concedido um empréstimo internacional para auxiliar a transferência de judeus da Europa à Palestina e para o desenvolvimento econômico desse país². Respondeu Churchill que a questão da Palestina deveria aguardar... dessa vez um estudo pelas Grandes Potências na Conferência da Paz.

Em julho realizaram-se na Inglaterra eleições gerais; seu resultado foi uma surpreendente vitória trabalhista. Esse triunfo de um partido que sempre se revelara nítida e enfaticamente pró-sionista fez surgir, na comunidade judaica da Palestina, uma onda de otimismo. E não faltavam razões para tal otimismo, pois, como diz Kirk, “de fato, resoluções do Partido Trabalhista, no decorrer dos seus longos anos na oposição, haviam

² Cerca de um mês depois, na Câmara dos Lords, manifestou Lord Samuel a opinião de que tais pedidos constituíam “um desastroso erro político”.

consistentemente estimulado as esperanças sionistas”. Ou, nas palavras de Weizmann: “Se jamais um partido político se manifestara inequivocamente quanto a um problema, era o Partido Trabalhista Britânico em relação ao Lar Nacional judaico”. Mas, assumindo o poder, o governo trabalhista, contrariando todas as expectativas, manter-se-ia praticamente impassível – e isso duraria mais de três meses – sobre a questão da Palestina, o que evidentemente não levava a nenhuma melhora na situação desse país.

Na semana seguinte à proclamação oficial do resultado das eleições, inaugurou-se em Londres (1º de agosto) uma Conferência Sionista Mundial, na qual o Dr. Weizmann expressou sua crença de que a cooperação com o governo britânico – objetivo para o qual ele procurara sempre, desde os dias da Declaração Balfour, orientar a política sionista – teria melhores possibilidades com os trabalhistas no poder, especialmente sendo a Oposição dirigida por um velho amigo do sionismo como Churchill³. David Ben-Gurion (então presidente do Executivo da Agência Judaica) advertiu, porém, os presentes contra qualquer otimismo exagerado, dizendo que o teste crucial seria a ação do governo com relação ao White Paper, e apelando para uma “resistência passiva e ativa ao implemento da política do White Paper em sua forma atual ou modificada”.

Uns dez dias após ter o governo trabalhista assumido o poder, uma delegação sionista chefiada por Ben-Gurion reiterou ao novo secretário das Colônias, George Hall, dois pedidos já apresentados poucos meses antes (em termos mais ou menos idênticos) ao governo de Churchill: 1) concessão imediata de 100.000 certificados de imigração, para fazer frente às mais urgentes necessidades relacionadas com a fixação na Palestina dos sobreviventes judeus encontrados nos campos de concentração; 2) uma declaração, também imediata, de que a Palestina se tornaria um Estado Judeu. O secretário das Colônias ficou escandalizadíssimo, tendo posteriormente declarado que nunca vira atitude semelhante. A resposta oficial do Colonial Office, datada de 25 de agosto, continha uma contraproposta que, segundo Kirk, “visava principalmente ganhar tempo”:

³ A esse tempo Weizmann ainda mantinha ilusões. Mas em 1947 escreveria: “Hoje torna-se claro, pelo curso dos acontecimentos, que às promessas e aos protestos de amizade, aos ataques ao White Paper na Câmara dos Comuns por aqueles que viriam a formar futuros governos, às resoluções oficiais do Partido Trabalhista Britânico, faltavam caráter e conteúdo; não conseguiram manter-se diante da pressão daquelas forças que, nos bastidores, sempre trabalharam contra nós”.

seriam concedidos cerca de 2.000 certificados, sobras da quota do White Paper; quanto ao mais, acenava-se vagamente com uma (mais que remota) possibilidade de obter a aquiescência árabe para a continuação da imigração na base de 1.500 por mês. Essa contraproposta, que a Agência Judaica considerou totalmente inadequada, foi pela mesma sumariamente rejeitada. Isso provocou a indignação do secretário do Exterior, Ernest Bevin, que disse, exaltado, a Weizmann: “Que significa isso de recusar certificados? Está tentando forçar minha mão? Se quer briga, terá briga!”⁴.

A respeito de Ernest Bevin – esse antigo condutor de bonde e motorista de caminhão que, principalmente no que dizia respeito ao sionismo, em tão má hora foi contemplado com a pasta do Exterior – afirma Barnet Litvinoff que ele “chegara ao Foreign Office com um conhecimento dos mais vagos sobre o Oriente Médio no período entre o colapso do Império Otomano e a eclosão da Segunda Guerra Mundial; enquanto que das transformações ocasionadas pela guerra nos vários povos árabes e suas relações com a Grã-Bretanha ele não entendia absolutamente nada”. Ainda segundo o mesmo autor, Bevin se considerava responsável pela salvaguarda de um interesse britânico vital, achando que nisso – e aí vai uma referência pouco delicada aos judeus – estava sendo “sabotado por uma conspiração internacional em que homens sedentos de poder exploravam os sofrimentos dos seus correligionários para favorecer suas próprias ambições”. E Dov Joseph definiu Bevin como “um homem que combinava uma profunda ignorância dos problemas judeus e árabes⁵ com obstinação e uma cordial e sincera antipatia pelos judeus”. Aliás, a incompetência de Bevin para o cargo não se limitava ao Oriente Médio, abrangendo horizontes bem mais amplos, conforme ilustra, de maneira assaz expressiva, o caso abaixo, tal como foi relatado pela revista *Time* em sua edição de 7 de abril de 1961:

Pouco depois de haver Bevin assumido o cargo em 1945, o ministro guatemalteco em Londres solicitou uma audiência. Sua missão: obter da Grã-Bretanha a cessão à Guatemala do território do Honduras Britânico, que lhe era contíguo. Após encarar longa e friamente o guatemalteco, perguntou Bevin: “Que país diz o senhor que representa?” O ministro disse-lho. “Como se soletra?” indagou

⁴ Comentário de Weizmann: “Não havia ali o mínimo esforço para compreender nosso ponto de vista; havia apenas uma atitude arrogante a belicosa”.

⁵ Certa ocasião Bevin declarou que, tendo lido a Bíblia e o Corão, já sabia de tudo que era preciso saber sobre a questão árabe-judaica.

Bevin. Irritado, o ministro soletrou “G-u-a-t-e-m-a-l-a”. De novo Bevin encarou-o fixamente. “Nunca ouvi falar”, disse, afinal. “Nunca ouvi falar”⁶.

Enquanto isso, informa Kirk, vinha o presidente Truman sendo submetido a “pressão forte e combinada” para que apoiasse o que aquele autor chama de “exorbitantes exigências que estavam sendo feitas pelo movimento sionista”, citando como exemplo o fato de 38 governadores de Estados (representando quase 80% do total de então) terem apoiado uma petição em que se pedia ao presidente que tomasse medidas no sentido de abrir as portas da Palestina à imigração e colonização judaicas e de converter aquele país num Estado Judeu “o mais breve possível”. (Pouco antes a maioria dos congressistas americanos já fizera, em carta, solicitação idêntica.).

A 16 de agosto Truman, em entrevista coletiva, declarou ser favorável à livre colonização da Palestina pelos judeus até onde fosse compatível com a manutenção da paz. Disse também não ter a menor intenção de enviar soldados americanos à Palestina para lá manter a paz, aduzindo que a questão de um Estado Judeu teria de ser solucionada em conjunto com britânicos e árabes.

O presidente Truman, talvez devido à “pressão” há pouco referida, mandara à Europa, na qualidade de enviado especial, Earl G. Harrison (representante americano junto ao Comitê Intergovernamental de Refugiados), a fim de estudar *in loco* a situação dos judeus sobreviventes do nazismo internados em “campos de pessoas deslocadas” na Alemanha e Áustria. Em seu relatório, sugeriu Harrison a imediata evacuação desses judeus e sua transferência para a Palestina, afirmando que “para muitos judeus europeus não havia nenhuma solução decente exceto a Palestina”; informava também que na Alemanha e Áustria, sob administração americana, “a situação é tal que parecemos estar tratando os judeus como os nazistas os tratavam, exceto que não os exterminamos”. (Encontramos confirmação dessa espantosa assertiva no livro *Atrás da Cortina de Seda*, do advogado americano Bartley C. Crum, que informa: “Houve casos de membros da polícia militar americana fazerem parar pessoas na rua e perguntar: ‘Você é judeu? Então desça da calçada e ande na sarjeta!’”).

⁶ A mesma revista, em sua edição de 9 de agosto de 1963, apresentaria desse incidente uma outra versão, um pouco mais favorável a Bevin.

Baseado no relatório de Harrison, escreveu Truman, a 31 de agosto, uma carta ao primeiro-ministro Attlee; nela dizia:

Parece que os certificados disponíveis para imigração na Palestina estarão esgotados em futuro próximo. Sugere-se que a concessão de 100.000 certificados adicionais contribuiria grandemente para uma solução justa com relação ao futuro dos judeus ainda na Alemanha e na Áustria, e para outros refugiados judeus que não desejem permanecer onde estão... A solução principal parece estar na rápida evacuação para a Palestina do maior número possível de judeus não repatriáveis que assim o desejem... Para ser eficaz, tal ação não deve ser retardada por muito tempo.

As sugestões de Truman foram rejeitadas.

Os dirigentes da coletividade judaica da Palestina não podiam, obviamente, permanecer resignados e impassíveis diante das constantes protelações britânicas. Decidiram, então, reiniciar em escala bem mais ampla as operações de imigração “ilegal”. Um numeroso grupo de voluntários da Haganah foi enviado da Palestina a vários países europeus, para ali organizar a emigração de judeus. Dirigiram-se eles aos campos de internamento da Alemanha, Áustria e Itália, bem como à Tchecoslováquia, Polônia, França, Bélgica, Holanda, Iugoslávia, Hungria, Romênia e Bulgária. A escolha desses voluntários era feita na base do conhecimento que possuíam do país a que se destinavam. Chegados ao país de destino, eram ali auxiliados por elementos sionistas locais (em geral membros de organizações juvenis). Outro grupo bastante numeroso foi mandado a diversos pontos do litoral mediterrâneo – estavam incumbidos de comprar navios, equipá-los, adquirir estoques de alimentos, cobertores e coletes salva-vidas, e de instalar e operar transmissores de rádio. Na Palestina, ao se aproximar o momento do desembarque, pessoal da Haganah postava-se nas praias, pronto a receber os imigrantes e encaminhá-los imediatamente a localidades distantes, impedindo assim que caíssem em mãos da polícia britânica.

A primeira embarcação “ilegal” enviada à Palestina após o término da guerra na Europa foi o *Dalin*, barco pesqueiro de 25 toneladas, pouco maior que um bote salva-vidas; partindo em agosto de 1945 de uma pequena enseada num trecho ermo da costa sul da Itália, trouxe à Palestina 35 imigrantes.

Num espaço de aproximadamente três meses, até novembro, entraram na Palestina, despercebidos pelos ingleses, mais 4.000 imigrantes, transportados em meia dúzia de embarcações. Mas a partir daquele mês a Grã-Bretanha mobilizou todo o seu poderio: esquadrilhas da RAF realizavam voos regulares de reconhecimento à procura de navios “ilegais”; estações de radar foram instaladas na costa palestinese; destróieres britânicos patrulhavam as águas mediterrâneas e aprisionavam navios da Haganah fazendo uso de gás lacrimogêneo e até armas de fogo (inclusive metralhadoras); pelos portos do Mediterrâneo achavam-se espalhados agentes britânicos; e o Foreign Office exerceu pressão diplomática sobre diversos governos europeus no sentido de que cooperassem na repressão à imigração ilegal (para isso, entretanto, nem sempre foi encontrada boa receptividade).

Ao mesmo tempo recrudesciam as atividades clandestinas no próprio solo palestinese. Assim, a 4 de outubro a emissora móvel Kol Israel (Voz de Israel), da Haganah, silenciosa desde o início da guerra em 1939, reiniciou suas transmissões como “emissora do movimento de resistência judaico”. A 10 de outubro a Palmach⁷ atacou o campo de internação de imigrantes em Atlit (ao sul de Haifa), libertando 208 imigrantes “ilegais” ali detidos, que foram imediatamente providos de documentos de identidade falsos e absorvidos em colônias agrícolas judaicas. Na noite de 31 de outubro para 1º de novembro estiveram em ação, além da Haganah, também as organizações terroristas – a Palmach afundou três pequenas embarcações (duas no porto de Haifa e uma em Jaffa) que vinham sendo utilizadas para interceptar imigrantes “ilegais” e cortou os trilhos da Palestine Railways em 186 pontos; o Irgun atacou a estação ferroviária de Lydda, causando danos consideráveis e algumas vítimas; e o Grupo Stern atacou as refinarias de Haifa. Proclamou a Kol Israel: “As noites de heroísmo iniciadas com Atlit são a expressão de nossa força e decisão.”

Afinal, a 13 de novembro, veio a ansiosamente esperada declaração oficial do governo trabalhista sobre o caso da Palestina. Veio ela através de um discurso proferido por Bevin na Câmara dos Comuns, apresentando cinco itens principais: 1) os judeus europeus deveriam permanecer na

⁷ A Palmach (abreviação de duas palavras hebraicas que podem ser traduzidas como “força golpeante”), constituía, com seus elementos bem selecionados, as unidades de choque (comandos) da Haganah.

Europa⁸; 2) o governo britânico tinha uma dupla obrigação, para com os judeus e para com os árabes; 3) a Palestina por si só não proporcionava suficiente oportunidade para se lidar com o problema judeu em seu todo; 4) a causa dos árabes palestinese fora esposada por todo o mundo árabe, tendo-se tornado também uma questão de profundo interesse para os 90.000.000 de muçulmanos da Índia; 5) o governo de Sua Majestade resolvera convidar o governo dos Estados Unidos para cooperar na formação de uma Comissão de Inquérito Anglo-Americana, a fim de examinar a questão do judaísmo europeu e realizar novo estudo do problema da Palestina à luz daquele exame. (Esse convite feito aos Estados Unidos, e por eles aceito, pode ser considerado quase como uma armadilha preparada pelo Foreign Office, pois visava envolver – ou acumpliciar? – o governo americano na política britânica referente à Palestina.). Foi outrossim anunciado por Bevin que a questão da Palestina seria tratada em três etapas: 1) consulta com os árabes a respeito da imigração judaica (que, de qualquer forma, não deveria ultrapassar 1.500 por mês); 2) estudo da possibilidade de serem tomadas medidas temporárias até que fosse conseguida uma solução permanente; 3) preparo de uma solução definitiva a ser submetida às Nações Unidas.

Essa declaração perante os Comuns foi seguida logo após por uma entrevista coletiva a correspondentes de jornais americanos, em que Bevin afirmou que com o tempo a Palestina se tornaria um Estado autônomo mas não um Estado Judeu. Nessa entrevista disse também Bevin haver lido todos os documentos sobre a Palestina, entre eles a Bíblia e o Corão, mas por mais que procurasse não conseguira encontrar em parte alguma a promessa de um Estado Judeu (o que levaria Ben-Gurion a comentar: “Evidentemente ele não leu toda a Bíblia.”).

A decepção foi tremenda. Pedimos vênha para mais uma vez passar a palavra a Dov Joseph: “De fato, essa declaração repudiava todas as promessas feitas pelo Partido Trabalhista... e ia ainda mais longe que o White Paper de 1939 em sua revogação da política original da Declaração Balfour e do Mandato”. E Ben-Gurion: “Qual é a essência da nova política

⁸ Dov Joseph: “...A Europa em que os nazistas massacraram 6.000.000 dos seus irmãos! O ideal de um renascimento judaico na Palestina substituído pela ideia de uma nova dispersão judaica”.

em sua crua nudez? É, paradoxalmente, uma dupla rejeição: desfaz-se de uma vez tanto do White Paper quanto do sionismo”.

Na Palestina a reação não se fez esperar. Logo no dia imediato (14 de novembro) a Kol Israel transmitiu um apelo à resistência:

O que Hitler fez em sua bárbara *blitz* contra o povo judeu está sendo agora repetido pelas democracias sob a forma de uma política lenta e triturrante. Estamos sendo condenados a viver num intolerável gueto... As novas propostas são antijudaicas e desumanas. Este país é nosso – para trabalhar, construir, criar e defender... Convocamos a todos para que se levantem contra essa conspiração e combatam os iníquos decretos da nova política com toda a nossa força. Repetimos hoje mais uma vez o nosso juramento de defender tudo que nos é caro com todo o nosso poder.

Nesse mesmo dia, para o qual o Vaad Leumi proclamou uma greve de protesto de 12 horas, grupos exaltados (incluindo adolescentes) incendiaram prédios governamentais, saquearam estabelecimentos comerciais britânicos e apedrejaram soldados e policiais em Tel Aviv e Jerusalém. Os distúrbios prolongaram-se por quatro dias e a repressão ocasionou, entre os judeus, 6 mortos e 60 feridos, entre os quais 20 menores de 16 anos.

Na noite de 24 para 25 de novembro a Palmach fez voar pelos ares duas estações guarda-costas destinadas à interceptação de embarcações “ilegais”⁹. Em consequência, tropas britânicas, seguindo o rasto de cães policiais, cercaram quatro colônias agrícolas judaicas. Os colonos, armados de cacetes e pedras, procuraram resistir à busca; custou-lhes essa resistência (“obstinada”, diz Kirk) 6 mortos e 42 feridos.

A 28 de novembro, na Universidade Hebraica, proferiu Ben-Gurion um discurso que constituía uma resposta, em nome do povo judeu, a Bevin. Concluía esse discurso com as seguintes palavras:

Não temos desejo algum de ser mortos. Queremos viver. Acreditamos, não obstante os ensinamentos de Hitler e seus discípulos, que os judeus também têm o direito de viver como

⁹ Duas noites antes uma embarcação transportando imigrantes “ilegais” fora interceptada a algumas milhas ao norte de Tel Aviv: cerca de 200 imigrantes, porém, conseguiram escapar antes da interceptação.

indivíduos e como povo, tanto quanto os ingleses. Mas, outra vez como os ingleses, há coisas que prezamos acima da própria vida, coisas pelas quais estamos prontos antes a morrer do que capitular: liberdade para entrar na Palestina, a prerrogativa de reconstruir os desertos de nossa terra, e uma nação judaica soberana em seu próprio Israel.

Em meados de dezembro o Congresso dos Estados Unidos aprovou – apesar da oposição do presidente Truman, que tentou, em vão, evitá-lo – uma resolução conjunta (Resolução Wagner-Taft) que solicitava ao governo americano “usar seus bons ofícios” para abrir a Palestina à livre entrada de judeus até o máximo de capacidade agrícola e econômica, e advogava o apoio dos Estados Unidos a uma “ampla oportunidade de colonização e desenvolvimento”, a fim de que os judeus “possam livremente prosseguir com a construção da Palestina e do Lar Nacional Judaico, e em associação com todos os elementos da população tornar a Palestina uma comunidade democrática em que todos, independentemente de raça ou credo, tenham direitos iguais”¹⁰.

Na noite de 25 de dezembro, enquanto as forças inglesas celebravam o Natal (“estavam embriagados”, diz Richard Crossman), a pequena embarcação *Hannah Szenes*, trazendo a bordo 252 “ilegais”¹¹, lançou-se à praia em Naharya, ao norte de Haifa, encalhando a cerca de 25 metros da mesma. Com exceção de dois, que morreram afogados devido à forte correnteza, todos os imigrantes alcançaram terra firme, sendo absorvidos em colônias agrícolas (a Haganah havia preparado até mesmo roupas para os imigrantes, e de madrugada saíram todos tranquilamente em ônibus, vestidos como – e misturados com – trabalhadores). Quando, no dia seguinte, os ingleses tomaram conhecimento do acontecido, encontraram apenas um naviozinho emborcado, sobre o qual flutuava uma bandeira azul e branca com a inscrição AQUI O EXÉRCITO DE DEFESA JUDAICO DESEMBARCOU UM DOS RESTOS SOBREVIVENTES DOS SEIS MILHÕES DE MORTOS.

¹⁰ Na plataforma pré-eleitoral do Partido Democrata, Truman endossara essa resolução, mas depois mudou de ideia declarando-se a favor da criação na Palestina de um “Estado democrático” mas contrário ao estabelecimento de um Estado Judeu ou qualquer outro Estado soberano baseado em “religião, raça ou credo”.

¹¹ Constituía essa, cada embarcação considerada isoladamente, a maior remessa “ilegal” efetuada em 1945.

Dois quartéis de polícia (em Jerusalém e Jaffa) e um depósito de armas (em Tel Aviv) foram atacados pelo Irgun a 27 de dezembro, ocasionando a morte de 9 soldados britânicos. Isso levou o novo alto-comissário¹², general Sir Alan Cunningham, a chamar à sua presença David Ben-Gurion e Moshe Shertok (ambos do Executivo da Agência Judaica), pedindo-lhes que apelassem aos judeus palestinos no sentido de pôr fim ao terrorismo. Esses dois líderes judeus, entretanto, embora lamentando a perda de vidas e eximindo a Organização Sionista de qualquer culpa ou participação nos atentados negaram-se a atender ao pedido; afirmaram ser a política britânica a única responsável pelo terrorismo, e que a capacidade da Agência Judaica para combater os excessos fora anulada pelo governo ao violar “a lei fundamental do país que era o Mandato”.

A esse tempo já havia sido divulgada a constituição da Comissão Anglo-Americana de Inquérito anteriormente anunciada por Bevin. Antes, porém, de mencionarmos seus 12 membros julgamos interessante transcrever as instruções pelas quais deveriam se guiar, e que por si só já constituíam séria ameaça e limitação às aspirações sionistas:

13. Examinar as condições políticas, econômicas e sociais da Palestina, no atinente ao problema da imigração e colonização judaicas e ao bem-estar das populações que agora ali vivem¹³.
14. Examinar a situação dos judeus naqueles países da Europa em que foram vítimas de perseguições nazista e fascista e as medidas práticas ali tomadas ou planejadas para possibilitar-lhes viver livres de discriminação e opressão, bem como fazer estimativas quanto aos que desejarem ou forem obrigados por suas condições a emigrar para a Palestina ou outros países fora da Europa.

¹² Sir Harold MacMichael fora substituído, no ano anterior, por Lord Gort, muito mais esclarecido e compreensivo, e que em pouco tempo adquiriu o respeito da comunidade judaica; mas por motivos de saúde foi ele obrigado a renunciar ao cargo em novembro, vindo a falecer pouco depois.

¹³ Observa Harry Sacher que “as palavras ‘que agora ali vivem’ eram significativas, pois a Declaração Balfour fora uma promessa a todo o judaísmo”.

15. Ouvir a opinião de testemunhas idôneas e consultar árabes e judeus representativos sobre os problemas da Palestina, conforme tais problemas sejam afetados pelas condições sujeitas a exame de acordo com o § 2 acima e por outros fatos e circunstâncias relevantes, e fazer recomendações ao governo de Sua Majestade e ao governo dos Estados Unidos para o tratamento *ad interim* desses problemas bem como para a sua solução definitiva.

16. Fazer ao governo de Sua Majestade e ao governo dos Estados Unidos outras recomendações que se tornem necessárias para ir de encontro às necessidades imediatas decorrentes das condições sujeitas a exame pelo § 2 acima, por meio de ação saneadora nos países europeus em questão ou provendo facilidades para emigração e estabelecimento em países fora da Europa.

Vamos agora aos membros da Comissão. Os seis ingleses tinham a presidi-los um juiz, Sir John E. Singleton. Os outros cinco: Richard H. S. Crossman, deputado trabalhista; Wilfrid P. Crick, conselheiro econômico do Midland Bank (de Londres); Sir Frederick Leggett, amigo íntimo de Bevin, conciliador de disputas trabalhistas e representante do governo britânico no Escritório Internacional do Trabalho; Lord Robert Morrison, veterano líder sindical e durante 26 anos deputado trabalhista, que acabara de ser elevado ao pariató; e o major Reginald E. Manningham-Buller, advogado e deputado conservador. Com exceção de Crossman eram todos, segundo Kirk, homens “inclinados a favorecer uma solução que não perturbasse seriamente a posição britânica no Oriente Médio”.

O grupo americano era igualmente chefiado por um juiz, Joseph C. Hutcheson Jr., de Houston, Texas (classificava-se ele como um “cristão do Antigo Testamento”). Os demais: William Phillips, ex-subsecretário de Estado e ex-embaixador na Itália; Dr. Frank Aydelotte, diretor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Princeton; Frank W. Buxton, redator-chefe do *The Boston Herald* (jornal republicano); Dr. James G. McDonald, ex-alto-comissário da Liga das Nações para Refugiados da Alemanha (cargo do qual se demitira, em janeiro de 1936, em sinal de

protesto contra a vacilação internacional em lidar com aquele problema)¹⁴, e Bartley C. Crum, advogado de San Francisco.

Desses doze, Weizmann classificou cinco de “excelentes homens”: o inglês Crossman e os americanos Hutcheson, Buxton, McDonald e Crum. Este último, em livro a que já fizemos referência, informa que sua inclusão no grupo americano só se concretizou por insistência do presidente Truman, contra a vontade (várias vezes reiterada) do Departamento de Estado; e declara que o único motivo que encontrou para essa objeção era sua “associação com causas liberais”.

Pouco antes de os membros britânicos da Comissão se reunirem pela primeira vez com seus colegas americanos, surgiu uma onda de indignação no mundo judaico – e com intensa repercussão na imprensa americana, onde foi assunto de primeira página e de editoriais – em consequência de declarações feitas na Alemanha pelo general inglês Sir Frederick Morgan, chefe da United Nations Relief and Rehabilitation Administration (mais conhecida por suas iniciais UNRRA) naquele país. Disse ele, numa entrevista à imprensa em Frankfurt, que o problema da Palestina se achava intimamente ligado a uma vasta conspiração (à frente da qual acreditava haver uma desconhecida organização secreta judaica) visando retirar judeus da Europa, e que aquelas pessoas que, oriundas da Polônia, chegavam ao setor americano de Berlim vinham “bem vestidas, bem nutridas, rosadas, e com bolsos estourando de dinheiro... Certamente não parecem pessoas perseguidas”. Afirmou também que até o fim do ano (1946) haveria de 300.000 a 500.000 judeus na Alemanha, constituindo “as sementes da Terceira Guerra Mundial”. As alegações do general Morgan não eram totalmente destituídas de fundamento, já que o movimento clandestino de emigração para a Palestina era organizado e dirigido pela Haganah, mas a maneira exagerada, e sobretudo hostil, como foram expressas foi indubitavelmente infeliz (Morgan, mais tarde, manifestaria seu “mais profundo pesar” por qualquer mal-entendido causado por suas declarações; alguns meses depois, porém, seria dispensado de suas funções.).

Foi em Washington, numa sala sempre apinhada no 2º andar do edifício do Departamento de Estado, que a Comissão manteve suas

¹⁴ Segundo Crossman, era McDonald o único dentre os doze membros da Comissão que se achava publicamente comprometido em apoiar o sionismo. (Após a independência de Israel seria ele o primeiro embaixador americano naquele país.).

primeiras audiências. No decurso de oito dias, a partir de 7 de janeiro, foram ouvidos representantes de mais de uma dúzia de organizações judaicas, cristãs e árabes. De início compareceram as testemunhas arroladas para apresentar os argumentos judaicos, entre as quais dois rabinos (um deles o veterano líder sionista Dr. Stephen S. Wise) e um jovem porta-voz do Irgun, Peter Berkson; seus depoimentos, segundo Crossman, constituíram “monumental acusação à Grã-Bretanha”, deixando a Comissão “impressionada com os argumentos sionistas mas irritada com sua apresentação unilateral”.

Em nome de judeus não sionistas falou o juiz Joseph Proskauer (de New York), dirigente do American Jewish Committee. Fez um apelo baseado não em razões políticas mas sim humanitárias, e embora não pleiteando um Estado Judeu na Palestina pediu que os campos de pessoas deslocadas da Europa fossem imediatamente evacuados e os judeus que neles se encontrassem enviados à Palestina, “o único lugar para onde podem ir logo”.

Em apoio à tese sionista manifestaram-se também alguns peritos. Assim, Robert R. Nathan e Oscar Gass, autores do melhor estudo econômico até então feito sobre a Palestina¹⁵, afirmaram que esse país comportava centenas de milhares de imigrantes, desde que o governo britânico adotasse uma atitude positiva em relação ao desenvolvimento industrial e à irrigação. No mesmo sentido manifestou-se o Dr. Walter Clay Lowdermilk, do Serviço de Conservação de Solos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Relatou ele que viajando quase 20.000 milhas através de territórios árabes, encontrou por toda parte, entre vestígios de um sistema agrícola outrora florescente, apenas erosão e desertos. Na Palestina, contudo, encontrou uma inversão dessa tendência: as velhas terras tornavam-se novamente produtivas graças aos colonos judeus, que amavam seu solo e dele cuidavam com uma aplicação inteligente da ciência moderna. Disse textualmente o Dr. Lowdermilk: “Em qualquer lugar – seja na China, Geórgia, Síria ou Palestina – onde quer que eu encontre um homem que conserva o solo, o meio básico que fornece o alimento à humanidade, eu falarei a seu favor. E assim falarei a favor desses

¹⁵ Intitula-se a obra *Palestina: Problema e Promessa*; Crossman considera-a como “o mais notável plano para o desenvolvimento da Palestina”.

colonos judeus na Palestina. Eles ali estão fazendo algo que tem significação para todo o Oriente Próximo e para o mundo inteiro”.

O primeiro a comparecer pelos árabes foi o Dr. Philip K Hitti (árabe cristão), professor de Literatura Semítica da Universidade de Princeton. Falando em nome do Institute for Arab American Affairs, afirmou ser o sionismo prática, histórica e moralmente indefensável, constituindo uma imposição sobre os árabes de um modo de vida estranho, que eles ressentem e ao qual jamais se submeterão. Perguntando-lhe o juiz Hutcheson se, supondo fosse eliminado o objetivo de um Estado Judeu, os árabes então concordariam com uma imigração judaica, respondeu Hitti: “Francamente, não”. Outra testemunha árabe, o Dr. John Hazam, afirmou serem os árabes da Palestina contrários ao processo de industrialização ali introduzido pelos judeus. Em resumo, todos os árabes salientaram que quaisquer que tivessem sido as promessas internacionais feitas aos judeus – e quaisquer que tenham sido os benefícios (que aliás achavam haver sido grandemente exagerados) trazidos à Palestina pelos judeus – tais promessas eram destituídas de valor moral por ser a Palestina habitada por uma maioria árabe, devendo portanto tornar-se um Estado árabe.

Também foram ouvidos alguns judeus antissionistas; afirmaram “que a criação de um Estado Judeu aumentaria o antissemitismo americano”. Lessing W Rosenwald, presidente do American Council for Judaism (que mesmo após o estabelecimento de Israel se manteria intransigentemente antissionista), declarou que os dez mil membros dessa sociedade “rejeitavam o conceito hitlerista de um Estado Judeu”.

O momento de maior sensação, entretanto, ocorreu quando o Dr. Albert Einstein declarou, com uma franqueza que chegou a escandalizar os membros da Comissão, ser esta uma perda de tempo, uma cortina de fumaça, pois no fim o Colonial Office acabaria impondo sua própria política.

Etapa seguinte da Comissão: Londres. A travessia do Atlântico, iniciada a 18 de janeiro, foi feita a bordo do *Queen Elizabeth*, ainda não inteiramente reconvertido ao uso civil. A viagem (com mau tempo e o navio jogando muito) foi, sob certos aspectos, bastante instrutiva e reveladora. Um exemplo: Evan Wilson, funcionário do Departamento de Estado agregado à Comissão, disse ao Dr. Crum que se a Comissão chegasse a uma decisão que pudesse ser interpretada como por demais favorável aos judeus,

então o mundo árabe assim provocado poderia dirigir-se à União Soviética em busca de apoio, devendo isso ser seriamente considerado pela Comissão. E acrescentou: “Nossa preocupação é compartilhada pelo Foreign Office e Colonial Office britânicos”¹⁶.

Análoga espécie de coação (ou chantagem?) foi posta em prática por Harold Beeley, perito do Foreign Office em assuntos da Palestina e igualmente adido à Comissão¹⁷. Conversando com Crum e Buxton, explicou Beeley (tomando ares professorais) que a questão palestinese deveria ser encarada sob o ângulo do expansionismo soviético, e que os Estados Unidos fariam bem unindo-se à Grã-Bretanha para estabelecer um *cordon sanitaire*¹⁸ de Estados árabes; a Palestina, concluiu, seria um forte elo nessa cadeia se fosse declarada um Estado árabe.

Às vezes a argumentação britânica beirava o ridículo. Assim, ainda no transcurso da viagem, dois membros ingleses da Comissão manifestaram-se de modo assaz estranho sobre o sionismo – enquanto um o definiu como “fascismo judaico”, outro caracterizava-o como “comunismo disfarçado”. Esdrúxula coerência!

O mais estarrecedor de tudo, entretanto, foi uma pasta secreta do Departamento de Estado, cujo conteúdo foi então revelado aos membros da Comissão. Pelos documentos ali contidos ficou patente que o governo americano, desde 1938, agira sempre com duplicidade em relação à Palestina, pois cada vez que eram feitas publicamente promessas de apoio às aspirações judaicas (inclusive pelo presidente Roosevelt), os governantes árabes eram logo, confidencial porém oficialmente, informados que aquilo não era para ser levado a sério!

¹⁶ O State Department (adiante voltaremos ao assunto) sempre se manteve, e continuaria a manter-se, inflexivelmente antissionista. E mesmo após o estabelecimento de Israel, o presidente Truman, ao se decidir pelo reconhecimento, fê-lo contra a vontade do Departamento de Estado. A partir daí a atitude antissionista passou a ser uma atitude quase que sistematicamente anti-israelense (muitas vezes em radical oposição a manifestações do Congresso).

¹⁷ Beeley, historiador profissional, era notória e fanaticamente pró-árabe; não obstante (ou talvez por isso mesmo) acompanhava a equipe britânica da Comissão na qualidade de conselheiro...

¹⁸ *Gordon sanitaire* foi o nome dado à política francesa, na década 1920-30 e parte da seguinte, para conter a Rússia Soviética; consistia no fortalecimento dos países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), Polónia e Romênia, todos limítrofes à Rússia.

Em Londres as audiências realizaram-se num salão da Royal Empire Society, de 25 de janeiro a 1º de fevereiro de 1946. O interesse público, mais uma vez, foi intenso, mas a repercussão na imprensa britânica (diz Crum que devidamente “aconselhada” pelo Foreign Office) foi mínima. De certo modo vários depoimentos não passaram de uma repetição do que já fora ouvido pela Comissão em Washington: representantes judeus declarando que desejavam um Estado Judeu em que todos, independentemente de raça ou credo, tivessem direitos iguais, e árabes inflexíveis em sua atitude contrária a qualquer continuação da imigração judaica na Palestina. Episódios houve, contudo, mercedores de algum destaque.

A nota dramática foi proporcionada por um rabino, Kopul Rosen, que falou em nome da Federação Britânica de Sinagogas. Dizendo tomar a liberdade que suas vestes lhe davam para uma pregação, fez um apelo patético: “Se não em nome de simples humanitarismo, então em nome de Deus, não façam política com os remanescentes do povo judeu”. (Sir John Singleton mostrou-se aí seriamente ofendido.).

O visconde Samuel propôs uma cantonização da Palestina, em que as três comunidades – árabe muçulmana, judaica e árabe cristã – teriam cada uma instituições representativas, com renda adequada e controle dos assuntos educacionais e religiosos. Instou, porém, para que a imigração judaica na Palestina fosse reaberta “em larga escala”. Por outro lado, também o setor antissionista do judaísmo britânico não deixou de fazer sua aparição, na pessoa de um coronel chamado Gluckstein.

Violento ataque contra os judeus foi proferido pelo general Sir Edward Spears¹⁹. Declarou ele: os judeus estavam agindo como provocadores (*agents provocateurs* foi a expressão que usou) a fim de incitar os árabes a atitudes precipitadas; os sionistas eram espiritualmente nazistas; se os judeus conseguissem um Estado não seriam amigos leais da Grã-Bretanha; e, argumento final, de qualquer maneira os judeus atuais não

¹⁹ O general Spears, ao tempo da guerra, ocupou o cargo de ministro britânico na Síria e Líbano, mas foi destituído em 1944 depois de denunciado pelas autoridades francesas por intrigas visando expulsar a França do Oriente Médio. Sob a direção do general Clayton, sucessor de Lord Moyne, fora Spears um dos agentes ingleses que participaram das negociações preliminares que dariam origem à antissionista (e então também antifrancesa) Liga Árabe.

eram verdadeiramente descendentes dos judeus bíblicos, mas sim uma mistura de várias raças, não tendo por isso nenhum direito histórico à Palestina.

Pelos árabes compareceram, incorporados e sob a chefia do emir Feisal (príncipe herdeiro do Iraque), os chefes das delegações do Iraque, Síria, Arábia Saudita, Líbano e Egito junto à ONU. Indagados se, supondo aceitassem todos os demais países do mundo o seu quinhão de sobreviventes judeus, estaria a Palestina disposta a fazer o mesmo, responderam prontamente “não”, alegando já ter a Palestina admitido um quinhão muito maior do que lhe caberia.

Durante a estadia da Comissão em Londres foram seus membros recepcionados com um almoço oferecido por Bevin. Nessa ocasião o ministro do Exterior britânico, gracejando, agradeceu-lhes por retirarem dos seus ombros, pelo menos por 120 dias, a responsabilidade quanto ao problema palestinese. Logo depois, já enfático (ou estaria ainda gracejando?), declarou que se a Comissão apresentasse um relatório unânime, ele pessoalmente envidaria o máximo dos seus esforços para pô-lo em prática.

Em prosseguimento aos seus trabalhos empreendeu a Comissão o exame da situação dos judeus sobreviventes na Europa. Essa decisão (de visitar logo a Europa continental) foi criticada por defensores da política britânica, sob a alegação de que as instruções à Comissão mencionavam em primeiro lugar o exame das condições políticas, econômicas e sociais da Palestina, e só no parágrafo seguinte a situação dos refugiados judeus na Europa; diziam esses adeptos da política inglesa que havendo sido a sequência das tarefas citadas nas instruções cuidadosamente planejada, era de se esperar fosse tudo seguido ao pé da letra. Aparentemente sem maior significação, tal troca de ordem não era do agrado do governo britânico, pois, diz Kirk, visitando a Europa antes de visitar a Palestina e o Oriente Médio “estava a Comissão se expondo ao tremendo impacto emocional dos refugiados judeus sem lar”.

Para realizar a investigação sobre os judeus que ainda se encontravam no continente europeu, achou a Comissão de bom alvitre subdividir-se em grupos, cada um incumbido de cobrir determinada área. Não obteve a Comissão, entretanto, autorização para entrar na Hungria e

Romênia; daí ter deixado Londres, revela Crossman, “num estado de irritação e frustração”.

Crum (a quem coube, juntamente com Leggett, visitar a Áustria, Tchecoslováquia e zona de ocupação americana da Alemanha) observou, logo de início: “Uma coisa é ler nos jornais a história do assassinato deliberado de 6.000.000 de pessoas; outra é encontrar-se com os sobreviventes”. Não foi difícil nem demorado averiguar a tendência e os desejos dos judeus internados nos campos de pessoas deslocadas (tais campos eram qualificados, no relatório da Comissão, como “comunidades-ilhas no meio daqueles em cujas mãos eles tanto sofreram”). Aliás, os testemunhos ouvidos pelos membros da Comissão já haviam sido antecipados por funcionários da UNRRA que realizaram inquéritos em diversas regiões da Alemanha. Achemos suficiente (por serem típicos) dar os resultados de dois desses inquéritos; num deles, em 18.311 pessoas deslocadas apenas 13 manifestaram vontade de permanecer na Europa, e dos 18.298 que declararam querer sair, 17.712 desejavam ir para a Palestina; no outro, de menores proporções, num total de 3.629 pessoas deslocadas, 9 desejavam ir aos Estados Unidos, 1 para a Austrália e 3.619 para a Palestina.

A Polônia e a zona britânica da Alemanha foram visitadas por Buxton, Morrison e os dois juízes. Demonstraram eles particular emoção ao percorrerem as ruínas do Gueto de Varsóvia. Mas Buxton ficou desapontado por haver a grande maioria das pessoas deslocadas que entrevistara manifestado preferência pela Palestina em vez dos Estados Unidos (também o juiz Hutcheson experimentou grande dissabor ao ouvir que os deslocados judeus não estavam interessados em emigrar para os Estados Unidos).

Nas audiências mantidas em Paris por McDonald e Phillips (da capital francesa seguiram para a Suíça e zona francesa da Alemanha) foram ouvidos, entre outros, Guy de Rothschild (filho do barão Edmond), o escritor Edmond Fleg e um representante da seção judaica dos *maquis*; todos eles manifestaram-se vigorosamente a favor de um Estado Judeu na Palestina.

Permitam-nos, antes de concluir essa parte referente às visitas da Comissão, alguns exemplos mais das reações constatadas. Perguntou-se a uma jovem de 18 anos, internada no campo de Zeilsheim (perto de

Frankfurt), se estava interessada em ir aos Estados Unidos – resposta: “Sim, se isso significa que chegarei mais cedo à Palestina”. Em muitos campos de pessoas deslocadas mulheres judias submetiam-se intencionalmente a abortos para evitar ter filhos em solo alemão. E dois membros da Comissão viram um judeu polonês rasgar o documento que lhe possibilitaria emigrar para a América, dizendo que não iria, pois o que acontecera na Alemanha poderia ocorrer ali também.

Afirma Crum: “Era evidente, para qualquer um que quisesse ver ou ouvir, que nenhum judeu, diante da triste realidade de sua posição, poderia sequer sonhar em permanecer na Europa Central e Oriental”. E Crossman aduz, enfático: “Quão absurdo atribuir esse desejo ardente pela Palestina à propaganda organizada!” Por fim, o antissionista Kirk, que resumiu da seguinte forma o que foi visto pela Comissão: “Eles encontraram os sobreviventes judeus nos campos de ajuntamento da Alemanha e Áustria, totalizando quase 100.000 pessoas... sofrendo uma progressiva desmoralização devido à sua contínua detenção nesses territórios em que haviam suportado e testemunhado horrores inauditos. O ideal sionista era a única fonte positiva de organização e autodisciplina que se opunha a essa desmoralização”.

Em Viena, onde a Comissão completa se reuniu para troca de impressões e exame da tarefa realizada, surgiu uma pequena crise. Prevalecendo-se do fato de permitirem as instruções um relatório e recomendações provisórias, quiseram alguns membros emitir logo um Relatório Provisório recomendando a imediata evacuação dos campos de pessoas deslocadas (Crum queria ir além, propondo a entrada imediata dos 100.000 judeus na Palestina). A isso, entretanto, opuseram-se os ingleses, chegando então Crum a ameaçar afastar-se da Comissão. Afinal os adeptos do Relatório Provisório desistiram, após uma intervenção do presidente Truman, que solicitou fossem deixadas quaisquer recomendações provisórias para quando se redigisse o relatório final.

A 28 de fevereiro, por via aérea, seguiu a Comissão de Viena ao Cairo (cidade que Crossman achou uma “intolerável mistura de boa vida e miséria fedorenta”), sede da Liga Árabe (criada 8 meses antes por iniciativa britânica). Hospedaram-se num luxuoso hotel a cerca de 20 km da cidade, à sombra das pirâmides. As sessões realizaram-se no próprio hotel, no mesmo

recinto onde, em novembro de 1943, se reuniram Roosevelt, Churchill e Chiang Kai-Shek.

Fato interessante: foi o Cairo a única capital, dentre as constantes do itinerário da Comissão, em que não compareceu um só judeu para prestar declarações. (Dias antes o rei Farouk chamara à sua presença o grão-rabino do Egito, insinuando-lhe não ser do seu agrado o comparecimento de judeus perante a Comissão.).

À frente dos porta-vozes árabes veio Azzam Pasha, secretário-geral da Liga Árabe. Declarou ele não fazer objeção a que os judeus, como judeus, retornassem à Palestina, mas que suas objeções eram devidas a voltarem eles à Palestina como ocidentais disfarçados. Aliás, foi o antiocidentalismo a nota dominante dos depoimentos no Cairo, observando Crum que o interesse básico dos dirigentes árabes “parecia ser a preservação do *status quo*”²⁰.

Outra testemunha, o Dr. Mohammed Fadei Jamali, diretor-geral do ministério do Exterior do Iraque, começou dizendo que seu governo não via nenhuma necessidade de “qualquer comissão estudar a questão da Palestina”, mas depois veio com uma novidade: a Palestina deveria pertencer ao Iraque, por ser a costa palestinese “o porto marítimo do Iraque”; e depois de assegurar que os árabes não desejavam “viver como vivem os americanos em New York ou Chicago”, concluiu afirmando ser a Palestina o coração do mundo árabe. Ainda uma novidade em matéria de argumentação seria apresentada por Hassan el Banna, fundador e chefe da terrorista e fanática Fraternidade Muçulmana²¹; declarou ele peremptoriamente que nenhuma significação tinham os laços religiosos entre os judeus e a Palestina porque tais laços “eram diametralmente opostos ao Corão e às práticas muçulmanas”.

²⁰ Essa manutenção do *status quo* era igualmente visada pelos Colonial e Foreign Offices. E temos então configurado o maior obstáculo às aspirações sionistas, pois, em essência, o principal inimigo do judaísmo sionista era a aliança, retrógrada e oportunista, entre o já agonizante imperialismo britânico e o feudalismo árabe.

²¹ A Fraternidade Muçulmana, fundada em Ismailia (Egito) em 1929, considerava o imperialismo estrangeiro como causa da pobreza e do atraso dos países árabes, e proclamava constituir a luta contra o imperialismo estrangeiro sob todas suas formas o dever principal dos países árabes. Com relação à comunidade judaica da Palestina sua hostilidade era flagrante: qualificava os judeus de heréticos e os sionistas de representantes do imperialismo.

No princípio de março de 1946 transferiu-se a Comissão do Egito para a Palestina. A viagem do Cairo a Jerusalém (onde a Comissão chegou a 6 de março) foi feita no luxuosíssimo trem especial do alto-comissário. A partir de Gaza (portanto já em território palestinese) todo o percurso estava repleto de tropas e carros blindados. Jerusalém deu à Comissão a impressão de uma praça de guerra, com arame farpado, metralhadoras e tanques espalhados pela cidade.

Logo à chegada ao Hotel King David, onde ficariam hospedados, foram os membros da Comissão informados pelas autoridades britânicas de que haviam instalado derivações nos telefones para controle de todas as conversas (esperavam assim descobrir terroristas que tentassem comunicar-se com a Comissão). Mas não terminavam aí as precauções: para acompanhar cada membro da Comissão foram designados agentes do Departamento de Investigação Criminal da Polícia Palestinese (isto é, da polícia secreta), e até as taquígrafas e datilógrafas servindo à Comissão eram escoltadas a jantares e chás em carros blindados e com um agente policial sentado ao lado; do terraço do hotel viu Crossman sapadores realizando buscas nos jardins com detectores de minas. Todo esse exagerado e espalhafatoso aparato bélico destinava-se evidentemente a impressionar a Comissão. (Crum: “Todos os esforços foram envidados para incutir em nós a impressão de que havíamos chegado a um país à beira da guerra civil entre judeus e árabes, para nos convencer de que a tensão existente era mais entre árabes e judeus do que entre judeus e britânicos, e que o desenfreado nacionalismo judaico punha os árabes em perigo iminente de terem seu pescoço coletivo cortado”).

Na quinzena precedente à chegada da Comissão haviam ocorrido na Palestina alguns atos de sabotagem e terrorismo, entre os quais sobressaíram os de 20 de fevereiro, quando a Palmach fez voar pelos ares a estação de radar de Haifa²², e de 25 do mesmo mês, quando membros do Irgun e do Grupo Stern atacaram três aeródromos destruindo ou danificando 15 aviões, mas após ter a Comissão entrado em território palestinese a

²² As ações da Haganah eram precedidas de avisos. Assim, por exemplo, quando sabotadores faziam explodir uma estação de radar, colocavam os explosivos com um estopim de 30 minutos e telefonavam para os guardas no interior da estação avisando-os que tinham meia hora para escapar. Diz Moshe Pearlman: “Esse cuidado fazia perigar seriamente o sucesso da operação e aumentava enormemente o risco dos homens da Haganah. Mas salvava vidas inocentes”.

rádio clandestina Kol Israel fez várias transmissões assegurando aos seus componentes que estariam perfeitamente seguros e que nenhum incidente de extremismo teria lugar enquanto se encontrassem na Palestina. (Assegura Crum: “A palavra foi cumprida”.)

Logo nos primeiros dias de estadia na Palestina pôde Crossman constatar a existência de uma rigorosa censura à imprensa, e isso não obstante solenes asseverações em contrário de autoridades britânicas no Cairo e Jerusalém; em visita que fez à redação do *Palestine Post*, viu aquele parlamentar inglês que até de um discurso de Churchill haviam sido cortados trechos considerados pelo censor como “propaganda subversiva”. Isso, associado a outros aspectos por ele observados, levou Crossman a concluir que “não pode haver dúvida que hoje em dia a Palestina é um Estado Policial”.

As audiências na Palestina tiveram início a 8 de março, realizando-se no salão de conferências do edifício da YMCA²³ em Jerusalém; soldados britânicos armados de fuzis-metralhadoras montavam guarda em todas as entradas e saídas, e tanques patrulhavam as ruas.

A primeira testemunha ouvida foi o Dr. Chaim Weizmann (recusara-se ele a comparecer perante a Comissão nos Estados Unidos e na Inglaterra, tendo declarado que só o faria na Palestina), falando na qualidade de presidente da Organização Sionista Mundial. A Crossman ele pareceu “uma versão fatigada e mais humana de Lênin, muito cansado, muito doente”. (Contava então 72 anos e sua capacidade visual achava-se já grandemente reduzida devido à catarata.). Do seu longo depoimento (cerca de duas horas) queremos destacar alguns trechos:

Perante os judeus jovens sou hoje um líder que nada conseguiu com meios pacíficos. Não obstante todas as promessas feitas por estadistas e líderes britânicos e americanos, não obstante o fato de o novo governo britânico estar comprometido até o pescoço com o povo judaico, os judeus só podem entrar na Palestina como imigrantes ilegais e não têm liberdade de movimento no país... Não se pode esperar que o judaísmo europeu se reinstale no solo encharcado de sangue judeu. Sua única esperança de sobrevivência está na criação de um Estado Judeu na Palestina. Os barcos fazendo

água em que nossos refugiados chegaram à Palestina são os seus *Mayflowers*²⁴, e os *Mayflowers* de toda uma geração.

Assegurando desejar a paz com os árabes, disse Weizmann: “Estou pronto – em qualquer ocasião, em qualquer dia, a qualquer momento – a encontrar-me com eles e discutir o futuro do país”. Conclamou a Comissão a seguir uma linha de “injustiça menor”, salientando que os árabes emergiram da guerra com dois reinos, quatro repúblicas, seis países-membros das Nações Unidas e um lugar no Conselho de Segurança – “não sei se isto é proporcional aos seus esforços durante a guerra”.

A 11 de março depôs a segunda testemunha judaica: David Ben-Gurion, pitorescamente descrito por Crossman como “um querubim pickwickiano”. Informa-nos também Crossman que Ben-Gurion (que, diga-se de passagem, não tinha papas na língua) impressionou mal a Comissão, sendo seu discurso “obviamente propaganda endereçada a seu próprio povo, e a Comissão já ouvira propaganda bastante”. Mas teria sido mesmo apenas “propaganda”? Pelas partes a seguir transcritas cada um poderá tirar suas próprias conclusões:

Baseia-se a nossa questão em dois princípios elementares: 1º) que nós, judeus, somos iguais aos outros seres humanos e fazemos jus aos mesmos direitos, que o povo judeu tem tanto direito à mesma igualdade de tratamento quanto qualquer povo livre e independente; 2º) que este é e continuará sendo o nosso país. Aqui já estávamos muito, muito antes... Sob um ponto de vista legal é a Potência Mandatária que aqui se encontra por força do Mandato.

...Falou-se muito de antissemitismo em vossa Comissão, e do nosso povo não poucos foram solicitados a explicar por que ele existe. Mas não cabe a nós responder. Essa criança é vossa, é uma criança cristã. É a vós, cristãos, que cabe explicar. Talvez devêssemos instituir uma Comissão Judaica para realizar um inquérito entre os cristãos, ou talvez uma Comissão conjunta judaico-cristã, com um presidente judeu e outro cristão, para indagar de líderes da Igreja professores, educadores, jornalistas e partidos políticos que doença é essa e qual a razão da mesma no mundo cristão.

²³ A YMCA (Young Men's Christian Association) é conhecida no Brasil pelas iniciais ACM. Seu edifício em Jerusalém é ainda um dos mais belos da cidade.

²⁴ Lembrete histórico: *Mayflower* é o nome da mais famosa embarcação da história colonial americana; nela, em 1620, vieram da Europa os Pilgrims, puritanos que fundaram a colônia de New Plymouth.

...Os judeus não são os únicos a criticar ou atacar o White Paper. Em 1939 ele foi descrito, não por um judeu mas por um inglês, um inglês legítimo, um cristão, como um golpe mortal desferido contra o povo judeu. Seu nome, senhores, é Winston Churchill.

...O que aconteceu nos últimos anos é inenarrável. Mas para que atormentar-vos com sentimentos judaicos? Aconteceu conosco, e a mais ninguém. Contar-vos-ei apenas uma única emoção por mim sentida quando soube o que havia ocorrido – foi a seguinte: pelo menos eu e meus filhos nos sentimos felizes por pertencer a um povo que está sendo massacrado, e não àqueles que nos massacram, nem àqueles que a isso assistem com indiferença. Conheço muitos cristãos – na França, Holanda, Bélgica e outros países – que arriscaram a própria vida para salvar um judeu ou uma criança judia. Jamais o esqueceremos; jamais. Mas havia outras coisas, que não aconteceram na Europa nazista... Houve no mundo inteiro uma conspiração de silêncio. Quando sofriamos e tentávamos informar-vos de nossos sofrimentos, a resposta era: é propaganda judaica, apenas publicidade dos judeus. Pergunto simplesmente a mim mesmo – sofreríeis se um milhão de criancinhas cristãs fossem chacinadas na Europa?

...Por que estamos sendo torturados? Por que esses subterfúgios para manter trancado aquele infeliz fragmento do judaísmo polonês? De três milhões restam na Polônia cerca de 30.000 judeus. Por que conservá-los presos? Eles são seres humanos. Por que essa discriminação em vossa cristandade? Por que devemos esperar, por que não podemos escapar dessa dependência, desse estar à disposição de outros?

...Aqui se encontram judeus que se achavam separados de sua terra durante séculos, alguns deles por muitos *séculos*, alguns por milhares de anos como os judeus do Temeu, e no entanto levavam sempre São em seus corações, e finalmente voltaram, e voltaram com amor. Em que outro lugar do mundo encontrareis um povo amando seu país como os judeus amam São?

...Aqui viemos para ser judeus livres, cem por cento livres e cem por cento judeus. Acreditamos ter o direito de ser judeus, de viver uma vida judaica integral, assim como um inglês vive a sua vida inglesa e um americano vive a sua, de ficarmos livres do temor e da dependência, e não sermos mais, aos olhos dos outros, objeto de piedade e simpatia, de filantropia e “justiça”. Acreditamos que isso nos é devido, tanto como indivíduos quanto como povo.

Aqui somos os judeus mais livres do mundo. Não num sentido legal. Pelo contrário: aqui estamos privados até mesmo de igualdade perante a lei. Vivemos sob o mais arbitrário dos regimes. Não conheço no mundo inteiro um regime tão arbitrário quanto esse do White Paper.

...Não queremos afirmar que este país é nosso porque o conquistamos. Queremos poder dizer que é nosso porque o fizemos. Ou antes, porque o refizemos. É isso que estamos tentando realizar, e por toda parte encontrareis o testemunho.

...Nenhum administrador estrangeiro, mesmo dentre os melhores amigos dos judeus e do Lar Nacional, é capaz de realizar a tarefa – estabelecer esse Lar e trazer ao mesmo todos os judeus que querem e tem o direito de vir. Nenhuma administração estrangeira é capaz de desenvolver o país, ou de erguê-lo ao nível necessário para benefício de toda a população ali existente e daquela ainda por chegar. Isso é bem difícil e requer completa identificação com o objetivo. Não se pode esperar do melhor dos povos – e não considero o britânico como sendo o pior – aquele ardor e devoção especiais. Somente por judeus poderá isso ser feito.

Não que eles sejam mais capazes. Oh, não. Sei o que o povo britânico tem feito em muitos países, por exemplo no Canadá, Nova Zelândia e Austrália.

Mesmo assim, há 150 anos atrás os ingleses na América se revoltaram contra uma administração britânica. Fizeram-lhe guerra, embora se tratasse de seu próprio povo. Acharam que o que vinha de Londres não poderia satisfazê-los. Pois bem, seria realmente demais esperar que aquilo que os britânicos não puderam então realizar para seus próprios parentes na América eles fossem capazes de fazer para os judeus.

...Estive na Inglaterra na hora mais negra da guerra, quando a França caía, quando assomava a invasão, e havia ali apenas um pequeno exército britânico. Estive lá durante a *blitz*, quando os aviões nazistas atacavam a Inglaterra. Bombardeavam todas as noites, e o povo britânico soube enfrentar a situação. Vi a gente do povo no metrô. Vi os motoristas de táxi, vi os operários. Eles não tinham medo. Muitos foram bombardeados e muitos mais foram mortos. Mas eu vi um povo para o qual a pátria e a liberdade valiam mais que a vida.

Por que pensais, que razão tendes para supor, que somos diferentes? Há coisas que para nós valem mais que as nossas vidas, e nós amamos a vida. A religião judaica nunca foi uma religião ascética; não desdenhamos a vida – nós a tratamos com carinho. Não desistiremos, mesmo que tenhamos que pagar um alto preço, e existem centenas de milhares de judeus, aqui e em outros lugares, que, se preciso for, entregarão suas vidas pela independência judaica e por Sião.

A primeira testemunha a depor pelos árabes foi Jamal Husseini, parente e sequaz do notório ex-mufti (conselheiro e colaborador entusiástico de Hitler). Citou ele as quatro exigências básicas dos árabes palestinos: 1) reconhecimento do direito à completa independência; 2) abandono das tentativas de estabelecimento de um Lar Nacional Judeu; 3) revogação do Mandato; 4) cessação imediata de toda imigração judaica bem como da compra de terras por judeus. Manifestou-se também Husseini, até mesmo com uma sofreguidão bastante sintomática, favorável a uma breve retirada das forças britânicas da Palestina para que árabes e judeus pudessem resolver sua pendência pelas armas. Dos demais depoentes árabes ouviram-se apenas argumentos já familiares à Comissão (explica Kirk que a personalidade do mufti, mesmo ausente, era suficientemente “possante para intimidar qualquer possível dissidente árabe”).

A 14 de março depôs o Dr. Judah L. Magnes, presidente da Universidade Hebraica e chefe do Ihud (o pequeno grupo que advogava publicamente uma política de concessões para com os árabes), qualificado por Crossman como um “homem fino, completamente desinteressado”, e no dizer de Norman Bentwich “um valente lutador pela compreensão e cooperação árabe-judaica”. Declarou o Dr. Magnes que o problema da Palestina só poderia ser resolvido com o estabelecimento de um Estado binacional árabe-judaico em que houvesse eventual igualdade numérica entre judeus e árabes. Propôs a divisão da Palestina em distritos – alguns puramente judaicos, outros inteiramente árabes, e os restantes com população mista; caberia o governo a um conselho consultivo presidido pelo alto-comissário e com igual número de representantes árabes e judeus. Comentário de Crossman: “Suas ideias seriam boas se todos os judeus fossem tão pacientes ou racionais quanto ele; se os árabes não tivessem a certeza de que os ingleses estavam a seu lado; e se Mr. Bevin pudesse

substituir todos os ocupantes de postos-chave no Oriente Médio por homens que acreditassem no Lar Nacional e em ajudar árabes e judeus a trabalharem juntos²⁵. Mas não é isso apenas uma utopia?”. Não obstante, revela Kirk que o depoimento do Dr. Magnes causou profunda impressão à Comissão, influenciando em suas recomendações.

McDonald e Crum tentaram, por conta própria, um encontro com Beigin, o chefe do Irgun. Não foi, entretanto, possível devido a, diz Beigin, “dificuldades imprevistas de segurança”.

No decorrer do período de audiência em Jerusalém chegou às mãos da Comissão, através de cópias mimeografadas entregues na rua a um de seus membros, uma declaração do Movimento Judaico de Resistência (Haganah). Essa declaração, endereçada à Comissão e cujos trechos mais significativos transcrevemos abaixo, enfureceu Lord Morrison (e alguns outros membros britânicos):

Nosso caminho não é o caminho do terror. Se terrorismo existe, é ele praticado pelas autoridades. Se o governo britânico envia aviões de reconhecimento e destróieres, opera estações de radar, constrói postos policiais especiais, e utiliza tropas aerotransportadas contra embarcações sem condições de navegabilidade e transportando algumas poucas centenas de refugiados, isso é terrorismo – e quando atacamos tais coisas nada mais fazemos do que defender-nos contra o terror governamental.

Não aquiesceremos na execução de uma solução que leve ao túmulo a última esperança do povo judeu. Nossa resistência poderá acarretar a criação de um problema novo – um problema de segurança britânica – e esse problema só poderá ser resolvido por uma solução sionista.

Não será demais salientar aqui que a comunidade judaica da Palestina achava-se praticamente toda ela solidária com a Haganah. Ficou isso demonstrado quando, pouco antes, quatro jovens da Palmach, mortos por ocasião de um ataque a um posto policial britânico em Sarona, tiveram

²⁵ E, gostaríamos de acrescentar, se o próprio Bevin fosse substituído...

funerais públicos em Tel Aviv assistidos por 50.000 pessoas, sendo seus nomes destacados por toda a imprensa judaica do país²⁶.

Alguns membros da Comissão aproveitaram sua estadia na Palestina para conhecer melhor o país. O kibbutz despertou grande entusiasmo em Crum e Buxton. Este, regressando ao hotel após visitar uma fazenda coletiva desse tipo, disse emocionado a seu companheiro: “Tive ímpetos de cair de joelhos diante dessa gente. Sempre senti orgulho dos meus próprios antepassados que transformaram floresta virgem em fazendas. Mas essa gente daqui está extraindo plantações das rochas!” Crossman por sua vez impressionou-se com a inexistência de escolas femininas em localidades árabes, e achou as condições de vida, entre os árabes, de um modo geral “abomináveis”.

Os governos do Iraque, Síria e Líbano haviam convidado a Comissão a visitar seus países para ali constatar como os judeus viviam satisfeitos sob o domínio árabe e como a população desses países desejava unanimemente que a Palestina se tornasse um Estado árabe. O convite foi aceito, e estendido a outros países. Especialmente reveladora foi a visita à Síria e ao Líbano, embora não exatamente no colimado pelos respectivos governos.

Em Damasco, capital da Síria, o “porta-voz” judeu, que apresentava nitidamente a impressão de estar aterrorizado, leu às pressas brevíssima declaração afirmando que na Síria os judeus se sentiam felizes, que sua situação sob o governo presente era excelente e que não queriam saber de sionismo. Dispondo de vinte minutos, esse pobre homem realizou sua “tarefa”, visivelmente constrangido, em apenas 45 segundos! E quando o juiz Hutcheson, surpreso com essa extrema brevidade, indagou se nada mais tinha a acrescentar, o apavorado judeu se limitou a menear a cabeça.

Em Beirute, capital do Líbano, o arcebispo maronita monsenhor Moubarak declarou a Gerold Frank, correspondente americano que acompanhava a Comissão, que esta “só ouvira testemunhas selecionadas pelo governo e que diziam apenas o que o governo desejava que dissessem”; assegurou o arcebispo que o próprio presidente libanês Bishara al-Khour “não manifestou sua verdadeira opinião sobre o sionismo por temer a Liga Árabe”. Diante disso, foi o arcebispo de Beirute convidado a

²⁶ A polícia britânica aproveitou bem a ocasião para com toda calma fotografar os acompanhantes do cortejo fúnebre.

depor formalmente perante os membros da Comissão, o que fez, reiterando nessa ocasião tudo que dissera ao jornalista.

Em Bagdá nada digno de nota (idem quanto à Transjordânia), exceto que na capital iraquiana a imprensa foi impedida de assistir aos depoimentos. Já na Arábia Saudita, entretanto, o rei Ibn Saud fez espantosa revelação: em fevereiro de 1945, logo após a Conferência de Yalta, perguntara ele ao presidente Roosevelt por que se mostrava tão insistente em relação à imigração de judeus na Palestina, e o presidente dos Estados Unidos ter-lhe-ia então respondido que nunca estivera de acordo com a imigração de judeus na Palestina, “nem é possível que eu a aprove”²⁷.

A 28 de março deixava a Comissão a Palestina, embarcando em avião com destino à Suíça. Desejavam seus membros um lugar ao mesmo tempo neutro e tranquilo, onde pudessem, em ambiente de calma e livres de quaisquer pressões, redigir o relatório. Hospedaram-se no Hotel Beau Rivage, em Lausanne, às margens do lago de Genebra.

Houve, é claro, divergência de opinião, e certos aspectos do problema foram mesmo objeto de discussões acerbadas. Assim, por exemplo, Sir John e Leggett queriam, como condição prévia para permitir qualquer continuação da imigração judaica, a dissolução da Haganah. Essa ideia, porém, não foi avante, graças principalmente a uma enérgica intervenção do juiz Hutcheson: “Não serei, sob circunstância alguma, partícipe de quaisquer recomendações que privem os judeus da Palestina do direito de defender suas vidas”. Outro assunto controverso foi o da partilha da Palestina, também rejeitada apesar de entusiasticamente defendida por Crossman e Crum. Todavia acabou prevalecendo um espírito de conciliação e transigência, possibilitando um relatório unânime; isso porque, escreveu Crossman, “acreditávamos sinceramente que um relatório unânime tornar-se-ia em poucas semanas a política dos governos britânico e americano”.

A 20 de abril de 1946 foi dado por findo o trabalho, e a conclusão do relatório (unânime) comemorada com um jantar; todos os membros da Comissão achavam-se imbuídos de um sentimento de euforia e satisfação

²⁷ A minuciosa (e, de um modo geral, fidedigna) obra de Robert Emmet Sherwood sobre a atuação de Roosevelt ao tempo da guerra (*Roosevelt e Hopkins – Uma História Íntima*) omite esse detalhe. Não deixa, porém, de ser significativo que pouco depois, em entrevista à imprensa, Roosevelt tenha declarado que sobre a Palestina aprendera mais em cinco minutos com Ibn Saud do que havia aprendido em toda sua vida.

pelo dever cumprido. (Certamente que sua satisfação e euforia seriam bem menores se pudessem prever que todos os seus esforços, canseiras e boa vontade resultariam, na prática, em justamente aquilo que fora prognosticado em Washington pelo Dr. Einstein e que tanta indignação lhes causara, ou seja, em pura perda de tempo.).

Mas vamos ao relatório, publicado dez dias depois. É um documento extenso, constituído de 10 capítulos e 7 apêndices, contendo mais de 40.000 palavras; o essencial, contudo, estava contido no capítulo I (“Recomendações e Comentários”). As recomendações eram em número de dez; de cada uma selecionamos os trechos mais importantes:

1 – ...a Palestina não pode, por si só, satisfazer as necessidades de emigração das vítimas judaicas da perseguição nazista e fascista. Recomendamos por isso que os nossos governos, conjuntamente e associados aos de outros países, se esforcem imediatamente por encontrar novos lares para todas essas “pessoas deslocadas” que, independentemente de credo ou nacionalidade, tiveram os laços com suas antigas comunidades irreparavelmente rompidos.

2 – que sejam imediatamente autorizados 100.000 certificados para admissão na Palestina de judeus vítimas de perseguição nazista e fascista. Não sabemos de país algum, a não ser a Palestina, para o qual a grande maioria possa ir em futuro próximo. Além disso, é para lá que quase todos querem ir. Lá eles estão certos de ter uma boa acolhida, que lhes é negada em qualquer outro lugar. Lá esperam gozar paz e reconstruir suas vidas. Acreditamos essencial que lhes seja dada uma oportunidade de fazê-lo o mais breve possível. E temos também a garantia dos líderes da Agência Judaica de que serão sustentados e cuidados.

3 – ...a Palestina não será nem Estado judeu nem tampouco um Estado árabe.

4 – ...que o governo da Palestina continue sob mandato até a realização de um acordo para administração pelas Nações Unidas.

5 – ...que o governo proclame o princípio de que o progresso econômico, educacional e político árabe na Palestina é de importância igual ao dos judeus.

6 – ...o mandatário deveria administrar a Palestina de acordo com o mandato, que, em relação à imigração declara que a “Administração da Palestina, zelando para que os direitos e a situação das outras

partes da população não sejam prejudicados, facilitará a imigração judaica sob condições adequadas”... Rejeitamos o ponto de vista de que não deve haver mais imigração judaica na Palestina sem aquiescência árabe... Afirmamos que qualquer imigrante judeu que entre na Palestina em desacordo com as leis do país é um imigrante ilegal.

7 – ...que os regulamentos de transferência de terras de 1940 sejam rescindidos e substituídos por outros baseados numa política de liberdade para compra, arrendamento ou uso de terras, independente de raça, comunidade ou credo.

8 – Vários planos para o desenvolvimento agrícola e industrial da Palestina em grande escala foram submetidos à nossa consideração. Recomendamos que o exame, discussão e execução desses planos seja feito, desde o início, em total colaboração não só com a Agência Judaica mas também com os governos dos países árabes vizinhos diretamente afetados.

9 – ...que, no interesse da conciliação entre os dois povos, o sistema educacional dos judeus e dos árabes seja reformado, inclusive com a introdução, em razoável espaço de tempo, da instrução compulsória. Por meio de uma supervisão cuidadosa dos compêndios e currículos escolares, e pela inspeção das escolas, deve o governo zelar para que a educação contribua para a conciliação dos dois povos²⁸.

10 – Se este relatório for aceito, recomendamos que seja tornado perfeitamente claro a judeus e árabes que qualquer tentativa – por ameaças de violência, por terrorismo, ou pela organização ou uso de exércitos clandestinos – para impedir a execução do mesmo será firmemente reprimida.

Antes, porém, de nos referirmos às reações provocadas pelo relatório – que, cabe lembrar, só seria publicado no fim de abril – convém mencionar dois fatos ocorridos naquele mesmo mês.

O primeiro (cujo desenlace, todavia, só se daria no mês seguinte) teve por palco o porto da La Spezia (noroeste da Itália, próximo a Gênova). Ali achava-se atracado o *Fede*, a maior embarcação até então adquirida pela

²⁸ No comentário correspondente a essa recomendação criticava-se o “espírito nacionalista” encontrado tanto nas escolas árabes quanto nas judaicas, sendo estas qualificadas como “agências muito eficientes para inculcar um espírito de nacionalismo hebraico agressivo”.

Haganah e que, sob o nome de um companhia fictícia, recebera licença para transportar um carregamento de sal à Sardenha.

O transporte dos refugiados (em número superior a 1.000) até o local de embarque foi feito em vinte caminhões britânicos, “emprestados” graças à colaboração de elementos de duas unidades militares de transporte palestinos que ainda permaneciam em território italiano. A partida do navio estava prevista para a noite de 4 de abril.

Não fora, entretanto, possível manter o embarque em sigilo. Deu-se, em consequência, a intervenção das forças armadas britânicas na pessoa de um major Hill (do Intelligence Service), que ordenou o imediato desembarque dos refugiados, sob pena de fazê-los sair à força. A resposta que veio de bordo pegou o major de surpresa: no momento em que um soldado inglês pusesse a mão em qualquer refugiado o navio voaria pelos ares. Na chefia dessa operação da Haganah estava Yehuda Arazi²⁹, que com tal ameaça conseguiu não só a retirada dos soldados que já se encontravam a bordo como também a evacuação pelas forças britânicas de toda a área do cais. Mas isso, evidentemente, não possibilitava a saída da embarcação. Encetou então Arazi uma hábil campanha publicitária antibritânica, explorando o grotesco da situação: uma velha embarcação, abarrotada de imigrantes desde a proa até a popa, cercada por tanques, unidades de infantaria e navios de guerra; telegramas foram enviados ao primeiro-ministro Attlee, ao presidente Truman, a Stalin e a todas as agências noticiosas.

Quatro dias depois teve início uma greve de fome – a bordo reinava completo silêncio, e os que perdiam a consciência eram deitados no convés. À pequena cidade (de aproximadamente 125.000 habitantes) afluíram repórteres de várias procedências (mas principalmente italianos e franceses) e chegavam mensagens de solidariedade e encorajamento. As simpatias da

²⁹ Nascido em Lodz (Polônia), Yehuda Arazi chegou à Palestina aos 17 anos. Aos 19, cumprindo instruções da Haganah, ingressou na Polícia palestina. Em 1936 (tinha então 29 anos) foi enviado pela Haganah à Polônia, em sua primeira missão de envergadura no exterior (realizada com pleno êxito): aquisição de armas, que chegaram à Palestina escondidas em objetos os mais inimagináveis. Em 1939, de volta à Palestina, foi designado para chefiar o serviço secreto da Haganah. Em 1943, descobertas suas atividades clandestinas, foi julgado e condenado à prisão, mas conseguiu escapar. Em 1945 chegou, semiclandestinamente, à Itália para ali superintender a imigração ilegal. Faleceu em Tel Aviv, em março de 1959, aos 52 anos, após prolongada enfermidade.

população local (e, de um modo geral, de toda a Itália) estavam claramente do lado dos refugiados – em Gênova os portuários chegaram a realizar uma greve de solidariedade – havendo mesmo, por vezes, manifestações ruidosas.

Ao atingir a greve de fome sua 75^a hora, subiu a bordo, atendendo a um pedido do líder da comunidade judaica italiana, o presidente do Partido Trabalhista Britânico, Harold J. Laski, então na Itália chefiando a delegação inglesa ao Congresso Socialista Italiano. Graças à intervenção de Laski (figura de indiscutível prestígio internacional), que se comprometeu a interceder junto a Attlee e Bevin, foi suspensa a greve de fome. Laski cumpriu sua palavra, e no 33º dia de detenção recebeu o navio autorização para ir à Palestina com todos os seus 1.014 passageiros (esse número, contudo, seria deduzido pelos ingleses dos certificados de imigração do mês seguinte).

A partida de La Spezia foi verdadeiramente apoteótica: o navio, já com seu novo nome de *Dov Hos* (em homenagem a um líder trabalhista recentemente falecido em acidente automobilístico) e sob o comando de Moshe Rabbintowicz, jovem membro da Palmach, saiu lentamente do porto ao som da banda da cidade e dos vivas da imensa multidão de italianos apinhados no cais. Diz Kimche: “Nunca imigrantes que se destinavam à Palestina haviam recebido um tal bota-fora!”³⁰. (Arazi, pouco depois do navio ter desatracado, voltou à terra, num bote a remo, para novas tarefas.).

O drama de La Spezia foi acompanhado com compreensível emoção pela comunidade judaica da Palestina, ocorrendo ali várias demonstrações públicas, algumas bastante graves. Mas, cremos que inteiramente independente disso, deu-se a 25 de abril um ataque de surpresa, realizado por elementos terroristas, contra um parque de veículos militares em Tel Aviv, morrendo na ocasião sete soldados britânicos. Segundo Kirk, teve isso por consequência (lembremo-nos que o relatório da Comissão Anglo-Americana não fora ainda publicado) “endurecer a opinião britânica contra os sionistas”. Na noite seguinte tropas britânicas – agindo, segundo se alegou, por iniciativa própria e “fazendo justiça com as próprias mãos” – atacaram diversos judeus completamente inocentes. Isso, é claro, não

³⁰ Este episódio (além de outros) foi habilmente aproveitado pelo escritor americano Leon Uris – que apenas alterou os nomes dos personagens e do navio, o local e alguns pequenos detalhes – em seu livro *Exodus*.

deixaria também de contribuir para “endurecer” a opinião sionista contra os britânicos.

Voltemos agora ao relatório. Foi ele publicado a 30 de abril. Beigin qualificou-o de “documento superficial, cheio de contradições” que nada dava de “tangível nem aos judeus nem aos árabes, mas proporcionava completo reconhecimento ao domínio britânico”. Ben-Gurion, que mantivera conversas particulares com vários membros da Comissão e esperava tê-los convencido da conveniência e justiça de uma partilha (como havia sido proposto pela Comissão Peel, embora com fronteiras mais favoráveis aos judeus), ficou, no dizer de seu biógrafo Litvinoff, “dolorosamente desapontado”, condenando o relatório em seu todo. Weizmann, que a princípio encarou o endosso pela Comissão de uma imigração judaica em grande escala como uma vitória sionista, não tardou também a desiludir-se. Quanto à administração britânica da Palestina, não escondeu ela seu desagrado, e muitos dos seus membros consideraram o relatório como um ato de traição em favor dos americanos. E o Comitê Superior Árabe, após muita discussão, e considerando a impraticabilidade duma resistência violenta, decidiu convocar uma greve simbólica de protesto e aguardar os acontecimentos, confiando que a administração palestinese realizaria junto a Londres uma oposição muito mais eficaz do que eles próprios seriam capazes de organizar.

No mesmo dia da divulgação do relatório, feita simultaneamente em Londres e Washington, foi dada a público uma declaração do presidente Truman, que dizia em parte:

Estou muito satisfeito por haver a Comissão Anglo-Americana de Inquérito endossado unanimemente meu pedido para a admissão imediata de 100.000 judeus na Palestina. Deve a transferência desses infelizes ser realizada com a maior presteza.

Um dos aspectos mais significativos do relatório é que ele objetiva assegurar uma proteção completa à população árabe da Palestina, garantindo seus direitos civis e religiosos e recomendando medidas para a melhoria constante de sua situação cultural, educacional e econômica.

Também estou satisfeito por ter a Comissão recomendado a revogação do White Paper de 1939, inclusive as restrições existentes sobre imigração e aquisição de terras, possibilitando a continuação

do desenvolvimento do Lar Nacional Judaico. É igualmente motivo de contentamento o fato de o relatório considerar também a realização na Palestina de projetos de desenvolvimento econômico em grande escala que facilitariam imigração adicional e trariam benefícios a toda a população.

Essa declaração, recebida com agrado pelos sionistas, enfureceu os árabes. Não menos enfurecidos ficaram os ingleses (o próprio Crossman, que tinha inegavelmente uma certa simpatia pelo sionismo, qualificou-a de “lamentável”). Relata Francis Williams, biógrafo de Bevin e testemunha do fato, que o ministro do Exterior britânico, ao tomar conhecimento da declaração de Truman, teve um tremendo acesso de cólera. O primeiro-ministro Attlee, falando a 1º de maio na Câmara dos Comuns, declarou ironicamente que gostaria de saber até que ponto estariam os Estados Unidos dispostos a compartilhar das novas responsabilidades militares e financeiras indispensáveis ao implemento das recomendações da Comissão, salientando logo que dificuldades técnicas se opunham a uma transferência rápida de 100.000 judeus para a Palestina; mas – e aí transparece nitidamente a má-fé do governo inglês – condicionou a imigração à prévia dissolução de todos os “exércitos particulares” (condição essa que ia muito além do relatório e não passava de mero pretexto para liquidá-lo, já que o mesmo não coincidia com os desígnios britânicos).

Na Palestina o efeito das declarações de Attlee foi, afirma Crossman, “catastrófico”, vindo favorecer – já que lhes dava razão, pois sempre haviam alardeado ser a Comissão apenas uma cortina de fumaça – os elementos extremistas. É ainda Crossman quem diz: “Após algumas horas de ansiosa espera, os moderados foram mais uma vez desacreditados pelo governo britânico”.

Crossman chegou a realizar uma tentativa para remediar a situação, solicitando uma entrevista urgente ao primeiro-ministro. Essa entrevista, que teve a duração de 25 minutos, foi, contudo, “vaga e insatisfatória”. Outra entrevista, com Bevin, foi insistentemente pedida por Crossman e Leggett, mas o secretário do Exterior recusou-se a recebê-los, alegando falta de tempo.

Antes de finda a primeira quinzena de maio já o Foreign Office e o State Department se achavam perfeitamente entrosados para uma ação protelatória. Assim, dia 10, o secretário de Estado interino, Dean G.

Acheson, assegurava a representantes dos árabes que os mesmos seriam consultados antes de qualquer decisão do governo americano sobre a Palestina. Dia 15 anunciava o Foreign Office que quaisquer decisões referentes às recomendações da Comissão Anglo-Americana deveriam aguardar a conclusão de consultas com o governo dos Estados Unidos e líderes árabes e judeus. E decorridos outros cinco dias (a 20 de maio, portanto) o Departamento de Estado convidava árabes e judeus a apresentarem – como se já não fossem por demais conhecidos! – seus pontos de vista, no prazo de um mês. Observou nessa ocasião Mr. Acheson que a Comissão Anglo-Americana fora apenas consultiva, não sendo consequentemente obrigatórias as suas decisões (o que levou um porta-voz sionista em Washington a comentar que a atitude do State Department “estava mais de acordo com a opinião britânica do que com a do presidente”).

Pouco depois o governo britânico sugeria ao dos Estados Unidos a designação de uma comissão conjunta (note-se o insistente interesse britânico em obter a coparticipação americana) para estudar o que chamava de “problemas práticos” relacionados com a imigração judaica na Palestina: “finanças, questões militares, transporte, alojamento, e o que é provavelmente o mais difícil de todos, o das terras”. A 11 de junho Truman nomeou, para estudar a sugestão britânica, uma Comissão Ministerial para a Palestina e Problemas Correlatos, formada pelos secretários de Estado, da Guerra e do Tesouro. Declarou o presidente americano que ao designar tal comissão seu objetivo era que a mesma o auxiliasse “na breve consideração das recomendações da Comissão Anglo-Americana de Inquérito”.

Vemos aí, se nos permitem a imagem tosca, que enquanto o presidente americano soprava numa direção, o secretário do Exterior britânico (idem o Departamento de Estado) soprava na direção oposta. Logo no dia seguinte, 12 de junho, Bevin voltou à carga, no seu característico estilo injurioso, “quase incoerente” (palavras de George Kirk). Eis alguns trechos do discurso que nessa data proferiu perante a Conferência Trabalhista Britânica reunida em Bournemouth (localidade próxima de Southampton):

No que concerne à agitação nos Estados Unidos, e particularmente em New York, para que 100.000 judeus sejam postos na Palestina... isso foi porque eles não querem tantos deles em New York.

Na Palestina existem forças armadas ilegais. Se pusermos amanhã 100.000 judeus na Palestina, terei de pôr lá também outra divisão de tropas britânicas. Não estou disposto a fazê-lo.

As questões financeiras envolvidas nesse negócio são tremendas, e o Tesouro britânico não está em condições de enfrentá-las. A taxação neste país está em tal ponto que não podemos fazer uma despesa adicional de 20.000.000 de libras na Palestina³¹.

Não se pode lidar somente com os árabes palestinos. A Liga Árabe tornou-se um fato que não pode ser ignorado.

Eu diria o seguinte aos judeus: “Embora concorde com alguma forma de Estado palestino, não acredito em Estados absoluta e exclusivamente raciais”.

...os judeus da Europa... sei que tiveram essas terríveis câmaras de gás. Conheço os horrores. Mas depois que se tiver feito todo o possível na Palestina, ainda sobrarão muitos. Devo esforçar-me pela igualdade dos judeus em seus países de adoção, para que os judeus cumpram as leis dos seus países de adoção.

As palavras de Bevin, conforme noticiado pelo *New York Times*, causaram ressentimento entre a parte liberal e pró-sionista da opinião pública americana, e serviram para minar ainda mais a influência dos líderes sionistas moderados. Os senadores por New York enviaram um protesto diretamente ao secretário do Exterior britânico, qualificando sua referência ao Estado que representavam como uma “declaração falsa e antissemita” e acusando-o de repudiar as recomendações unânimes da Comissão de Inquérito. O Foreign Office procurou, então, abrandar os efeitos do discurso de Bevin, explicando que a Grã-Bretanha não rejeitara as propostas da Comissão Anglo-Americana e se achava ansiosa por acelerar os esforços para encontrar uma solução para o problema palestino.

É óbvio que o ressentimento maior haveria de ocorrer na própria Palestina. A 16 de junho, à noite, a Haganah entrou em ação: quatro pontes ferroviárias e outras tantas rodoviárias, nas fronteiras da Palestina, foram destruídas ou danificadas por membros da Palmach, interrompendo

³¹ Indagou em editorial o semanário *Zionist Review* (número de 21 de junho): “Tem Mr. Bevin tanta certeza que, do ponto de vista militar, lhe custará menos manter os judeus fora da Palestina do que admiti-los?”.

temporariamente o tráfego com os países vizinhos. Informou a Haganah que o objetivo de sua ação fora demonstrar que era capaz de frustrar os planos dos britânicos e árabes “que tanto falavam em vir lutar contra os judeus”.

As organizações extremistas também não permaneceram inativas. Na noite seguinte (17) o Grupo Stern atacou as oficinas ferroviárias de Haifa. A 18 chegou a vez do Irgun, com uma façanha que alcançaria extraordinária repercussão. Dois de seus membros, Michael Ashbel e Joseph Simchon, feridos num ataque a um acampamento militar britânico, haviam sido presos pelos ingleses ao ser o táxi em que estavam sendo transportados detido por uma patrulha, e após um julgamento sumário foram condenados à forca. Em represália, na data acima, o Irgun raptou cinco oficiais britânicos que se encontravam no Clube dos Oficiais em Tel Aviv³², mantendo-os presos como reféns, sob ameaça de serem executados caso fosse cumprida a sentença contra Ashbel e Simchon. Para facilitar as negociações (evidentemente não oficiais) com as autoridades britânicas, dois dos cinco prisioneiros foram libertados (informaram eles que haviam sido bem tratados durante sua detenção). Após alguns dias de *suspense* veio uma comunicação oficial britânica de que as sentenças de morte haviam sido comutadas para prisão perpétua, após o que os três oficiais restantes foram soltos. (Esses oficiais foram transportados num caminhão de mudanças, dentro de um enorme caixote ventilado, até o Rothschild Boulevard, no centro de Tel Aviv; ali foi o caixote colocado no chão e seu cadeado retirado – e então, diante de pequena multidão, o caixote se abriu e dele saíram três guapos oficiais de Sua Majestade Britânica, um dos quais tentou ainda correr atrás do caminhão mas logo desistiu.). Comentário de Beigin: “O mundo inteiro reconheceu que esse *round* foi vencido pelo Irgun”.

Pressionado pelas autoridades militares, o Gabinete britânico autorizou o alto-comissário a agir drasticamente contra todos os “envolvidos” em atos de violência. Significava isso, em outras palavras, conceder à Administração da Palestina carta branca para agir como bem entendesse contra quem quisesse.

Na madrugada de 29 de junho (um sábado, significativamente – tornar-se-ia conhecido na Palestina como Sábado Negro) foi dado início à “operação militar”. Não obstante uma proclamação do alto-comissário, assegurando que as drásticas medidas tomadas não visavam “a comunidade judaica como um todo” e sim apenas “extirpar o terrorismo e a violência e restaurar aquelas condições de ordem sem as quais nenhum progresso pode ser feito para a solução do problema da Palestina”, a coletividade judaica foi posta praticamente sob estado de sítio.

A sede da Agência Judaica em Jerusalém e seus escritórios em Tel Aviv foram ocupados por tropas e tiveram seus arquivos e fichários retirados; vários outros edifícios em Tel Aviv ficaram temporariamente sob ocupação militar. Buscas intensivas foram realizadas, durante cerca de duas semanas, em Tel Aviv, nos bairros judeus de Jerusalém e Haifa, e em 27 aldeias coletivas. Com tudo isso, porém, só foi encontrado um único depósito de armas da Haganah, em Yagur (aldeia coletiva ao sul de Haifa). Por ordem da Haganah houve apenas resistência passiva (segundo Pearlman essa passividade “era um sinal de sua força e disciplina, e não de fraqueza; pois a passividade, às vezes, não era fácil”). Mesmo assim os ingleses agiram com brutalidade, e não só em relação aos homens – numa fazenda coletiva da Galileia mulheres foram arrastadas pelos cabelos sobre solo pedregoso.

Foram presas 2.718 pessoas, em sua maioria ligadas à Agência Judaica. Entre os presos: Shertok, Dov Joseph, David Remez (presidente do Vaad Leumi), o rabino Fishman; este – membro do Executivo da Agência Judaica, estritamente ortodoxo, e então com 69 anos – foi forçado pelos britânicos a violar o sábado: mesmo declarando-se disposto a caminhar (não é permitido a um judeu ortodoxo, no sábado, viajar em qualquer espécie de veículo) foi o rabino obrigado a entrar num caminhão. A maior parte dos presos foi libertada uma ou duas semanas depois, mas cerca de 700 (entre os quais os líderes acima citados) foram internados em campos de detenção. Ben-Gurion só escapou da prisão por se encontrar então no exterior, num hotel em Paris (mas Weizmann, enfermo, foi deixado em liberdade).

³² Um outro oficial (esse de alta patente), preso numa rua de Jerusalém nas proximidades do Hotel King David, conseguiu burlar a vigilância do rapaz incumbido de guardá-lo e escapuliu.

Estabeleceu-se rigorosa censura à imprensa e as comunicações com o exterior ficaram suspensas³³.

Possivelmente devido às repercussões nos Estados Unidos, onde se achava em discussão no Congresso um empréstimo americano à Grã-Bretanha, o governo palestinese acabaria dando marcha à ré, sem que seu objetivo primordial (oficialmente confessado) – desarmar e desmobilizar a Haganah – houvesse sido alcançado. Isso porque a Haganah, pelo seu serviço secreto, teve conhecimento prévio dos planos britânicos, podendo assim, até certo ponto, tomar algumas precauções que reduziram consideravelmente o êxito da “operação” (caso contrário a Haganah muito provavelmente teria sido, se não toda pelo menos em grande parte, desmantelada). Escreveu Pearlman: “29 de junho foi um dia-chave na história do judaísmo palestinese. Teve o efeito contrário ao desejado pelo Gabinete britânico, pois nesse dia cristalizou-se a preparação psicológica do judaísmo palestinese para a independência e o autogoverno”. Passados alguns meses, conforme adiante veremos, os internados nos campos de detenção seriam todos libertados sem que houvessem sido submetidos a julgamento. Com isso, comenta Parkes, a administração britânica veio a sofrer “mais uma perda de prestígio”.

Enquanto isso, aproveitando-se talvez de estar a Haganah mais ou menos em recesso, decidiu o Irgun dar o seu grande golpe, já há algum tempo planejado: fazer explodir a sede da Administração Palestinese, que, juntamente com a chefia militar, se achava instalada numa ala do grande Hotel King David em Jerusalém.

A 22 de julho, por volta do meio-dia, um caminhão, conduzido por terroristas vestidos à maneira árabe e transportando latas de leite contendo aproximadamente 225 quilos de TNT, encostava junto à entrada de serviço do hotel. As latas foram roladas pelo subsolo até ficarem por baixo da ala visada. A explosão destruiu grande parte dessa ala leste do hotel, causando a morte de quase uma centena de pessoas (inclusive quarenta judeus) e ferimentos em cerca de cinquenta.

A Agência Judaica apressou-se em negar qualquer participação (e, de fato, nenhuma teve, pois tudo fora realização exclusiva do Irgun) ou

³³ Não deixa de ser curioso que em todo o transcurso da operação nem o Irgun nem o Grupo Stern foram, em momento algum, incomodados.

responsabilidade pelo ocorrido, condenando-o como um ato vil e criminoso “perpetrado por um bando de desesperados”.

Não foi preciso esperar muito pela reação britânica. Em Tel Aviv (onde se presumia estar a sede dos terroristas) foi imposto durante quatro dias – de 30 de julho a 2 de agosto – o toque de recolher às 22 horas (vigorando até o amanhecer), e isso na época mais quente do ano. A cidade foi isolada do resto do país; 20.000 soldados auxiliados por 600 policiais, com ordem de atirar para matar qualquer um que desrespeitasse o toque de recolher, realizaram intensas buscas domiciliares e humilhantes revistas de transeuntes nas ruas³⁴. E ainda por cima uma incrível ordem do comandante das forças britânicas na Palestina que, de certo modo reabilitou (é claro que involuntariamente) o terrorismo do Irgun.

A ordem – leviana, é o mínimo que dela podemos dizer – do general Sir Evelyn H. Barker, dirigida às forças armadas britânicas na Palestina, acusava todos os judeus palestinese de cumplicidade e os líderes judeus de “solidariedade hipócrita”, interditava aos militares ingleses todos os estabelecimentos e lares judaicos, proibindo-lhes igualmente qualquer espécie de contato social com judeus; isso “para punir os judeus de uma forma mais que qualquer outra detestada pela raça, golpeando-os em seus bolsos e demonstrando-lhes nosso desprezo por eles”. Essa ordem, oficialmente classificada como “restrita” e destinada a circulação interna entre as forças britânicas (embora amplamente difundida pelos quartéis e postos policiais), caiu em mãos do Irgun. A organização terrorista não perdeu tempo: traduziu-a para o hebraico, afixando-a profusamente nos muros de Jerusalém, Haifa e Tel Aviv. Foi também divulgada no exterior, por iniciativa de Jon Kimche, jornalista inglês que então se encontrava na Palestina. A 31 de julho o governo britânico, interpelado a respeito na Câmara dos Comuns, dissociou-se dos termos usados. A 9 de agosto a ordem foi tornada sem efeito – mais um tiro que saiu pela culatra³⁵...

³⁴ 120.000 pessoas foram submetidas a interrogatório e 787 foram presas, mas entre essas não figurava nenhum líder terrorista (a cabeça do chefe do Irgun estava posta a prêmio: duas mil libras).

³⁵ O general Barker, entretanto, só seria transferido da Palestina cerca de 6 meses depois (antes fora oficialmente anunciado que esse general “seria em breve promovido para um comando metropolitano”).

Antes de findo o mês de julho faria sua aparição um novo plano (aliás nem tão novo assim – vide adiante), resultante de conversações mantidas em Londres entre funcionários britânicos e americanos, estes, os “suplentes” da Comissão Ministerial para a Palestina do presidente Truman, chefiados pelo embaixador Henry F. Grady. O plano, apresentado ao Parlamento britânico a 31 de julho por Herbert Morrison, Lord presidente do Conselho, tornou-se conhecido pelo nome de Plano Morrison ou Plano Morrison-Grady. Estabelecia o mesmo uma divisão da Palestina em quatro zonas ou províncias: uma árabe, compreendendo cerca de 40% da área total da Palestina; uma judaica, com cerca de 17% da área total do país; e duas zonas britânicas (o enclave de Jerusalém e o Neguev), abrangendo aproximadamente 43% da área total da Palestina. As províncias árabe e judaica teriam uma autonomia relativa; o governo central seria administrado por alto-comissário britânico, com autoridade exclusiva sobre todas as questões referentes a defesa, relações exteriores, alfândega, imposto de consumo, e “inicialmente” também sobre polícia, prisões, tribunais, estradas de ferro, o porto de Haifa, comunicações, aviação civil, rádio e antiguidades ... A entrada de 100.000 judeus (que Truman continuava advogando) ficava condicionada à concretização do plano em seu todo e ao fornecimento de transporte marítimo pelos Estados Unidos.

Na Câmara dos Comuns a apresentação do plano foi seguida por um debate, no decorrer do qual um ex-secretário das Colônias, Oliver Stanley, criticou acerbamente o governo por ter permitido que a Comissão Anglo-Americana despendesse tempo e esforço sem nenhuma finalidade, uma vez que plano igual ao em discussão já há muito se encontrava nas gavetas do Colonial Office (havendo sido mesmo cogitado, e rejeitado, pela Comissão Anglo-Americana). Nos Estados Unidos os membros americanos da Comissão de Inquérito, convocados por Truman, disseram-lhe que o Plano Morrison representava claramente um repúdio do Relatório Anglo-Americano e recomendaram, unanimemente, sua rejeição. Truman, seguindo a recomendação, deixou de endossar o “novo” plano, nisso contrariando os desejos do subsecretário de Estado, Dean Acheson.

O Executivo da Agência Judaica, então excepcionalmente reunido em Paris (onde se encontrava Ben-Gurion, pois na Palestina estaria sujeito à prisão), considerou, o Plano Morrison inaceitável por não proporcionar uma independência real, salientando outrossim negar o plano os direitos judaicos em quase 85% da área do país.

Enquanto Ben-Gurion e seus colegas rejeitavam o Plano Morrison (e, secretamente, aprovavam uma tomada de posição favorável, sob certas condições, a uma partilha da Palestina) decidia o governo inglês apertar o bloqueio da Palestina, intensificando o patrulhamento naval e aéreo. E já a 11 de agosto uma velha embarcação a vela (o *Yagur*), com 780 refugiados a bordo (quase a metade mulheres) e após uma viagem de 29 dias, era interceptada por navios de guerra ingleses e rebocada para Haifa. No dia seguinte outra embarcação (*Henrietta Szold*), com 543 refugiados, teve idêntico destino.

Também nesse dia (12 de agosto) o governo britânico anunciou que a partir daquela data todos os imigrantes ilegais seriam deportados para a ilha de Chipre (até então os “ilegais” vinham sendo internados na própria Palestina, no campo de detenção de Atlit), ficando alojados em campos de detenção “até que pudesse ser tomada uma decisão quanto ao seu futuro”³⁶. Em Alexandria o secretário-geral da Liga Árabe, Azzam Pasha, observou que isso era apenas “um passo no caminho certo”. (No dia da primeira deportação mil judeus desarmados realizaram em Haifa uma manifestação de protesto; do choque com soldados britânicos resultariam três judeus mortos e sete feridos.).

Os imigrantes interceptados eram embarcados à força em navios-jaulas, a fim de neles serem transportados para Chipre. O jornalista Jon Kimche, acompanhado de alguns colegas, subiu a bordo de um desses navios. Diz ele: “Os judeus estavam trancados nos porões como animais selvagens. A alguns poucos foi permitido permanecer num gradeado de arame no convés. Uma mulher de olhar suave e rosto triste virou-se para nós e disse: ‘O que foi que fizemos? Viemos desde Maidanek’³⁷; era assim que os nazistas nos tratavam. Será que os ingleses são iguais?”. Concluiu Kimche: “O que poderíamos sentir, exceto vergonha de estarmos livres? O que poderíamos dizer?”.

³⁶ Começa aí o que poderíamos chamar o “episódio cipriota”, tão popularizado, em alguns de seus aspectos, por Leon Uris em seu *Exodus*

³⁷ Maidanek, nas proximidades da cidade polonesa de Lublin, era um dos mais notórios campos de extermínio na Polônia. Destinado inicialmente a prisioneiros de guerra, foi mais tarde ampliado, instalando-se câmaras de gás e crematórios. O número total de indivíduos ali exterminados é calculado em 360.000, dos quais 200.000 judeus.

Em Chipre eram esses refugiados jogados em campos de detenção, cercados de arame farpado e sob constante vigilância de guardas armados. Mesmo lá, porém, não estavam em completo isolamento. A Haganah ali estaria ativa, desde agosto de 1946 até o fechamento desses campos no princípio de 1949, e já com a primeira leva de imigrantes “ilegais” seguiram membros da Palmach. Foram estabelecidos meios regulares de comunicação com os internados, por meio de barcos pesqueiros ou navios de passageiros; emissários penetravam nos campos com auxílio de documentos falsos ou por túneis subterrâneos escavados por baixo das cercas. Entre as atividades da Palmach nos campos de detenção figuravam: organização da vida social dos internados, determinação das prioridades para imigração, estabelecimento de contatos com cipriotas e com o mundo exterior, planejamento de fugas, e, principalmente, organização de uma instrução pré e paramilitar, compreendendo vigilância e controle dos campos, ordem unida, esportes, primeiros socorros e sinalização, tudo isso permitido pelos ingleses. Já a instrução de manejo de armas teve de ser improvisada (embora algumas poucas houvessem sido sub-repticiamente introduzidas nos campos): carpinteiros – dentre os próprios internados – preparavam rifles de madeira (imitação perfeita dos em uso nas forças armadas britânicas), e pedras eram utilizadas para treino de lançamento de granadas.

Os judeus que ainda se encontravam na Europa aceitaram essas novas medidas repressivas sem se perturbar em demasia – afinal de contas Chipre ficava relativamente próxima da Palestina. O objetivo britânico – desestimular a imigração ilegal – seria inteiramente frustrado. E os “ilegais” continuariam a chegar em número tão elevado que os ingleses se veriam obrigados a abrir novos campos de detenção na ilha. Alguns (não muitos, é claro) saíam de Chipre para a Palestina “legalmente”, pois os ingleses libertariam 1.500 por mês, total correspondente à quota mensal de certificados de imigração disponíveis para imigrantes judeus na Palestina³⁸.

A 10 de setembro inaugurou-se em Londres uma conferência (mais uma!) sobre a Palestina; destinava-se ela a tratar em primeiro lugar (e nisso o governo britânico fincou pé) do Plano Morrison. Participaram dessa

³⁸ Os últimos “imigrantes ilegais” detidos em Chipre chegariam a Haifa (quando já não era mais porto da Palestina e sim de Israel) em 11 de fevereiro de 1949, a bordo de um navio que recebeu o nome de *Atzmaut* (Independência).

conferência apenas representantes dos países árabes, do Secretariado da Liga Árabe e do governo britânico. A Agência Judaica, convidada em agosto pelo secretário das Colônias, George Hall, condicionara seu comparecimento ao direito de escolher livremente seus próprios representantes, inclusive “quaisquer que estejam detidos ou sujeitos à detenção”³⁹, o que não foi aceito pelo governo britânico, que reservava para si o direito de determinar a constituição da delegação judaica. Também o Arab Higher Executive recusou-se a ir a Londres, igualmente por divergências com as autoridades inglesas quanto à constituição da delegação árabe da Palestina. Daí realizar-se a conferência sem a presença de judeus e árabes palestinos, justamente as partes mais interessadas na questão. Acrescentando-se a isso a abstenção dos Estados Unidos, cuja cooperação a essa altura já era considerada indispensável, fácil será deduzir-se não apresentar a conferência a menor probabilidade de êxito.

Os representantes dos países árabes recusaram-se, logo de início, a aceitar o Plano Morrison como base para negociações, alegando que a autonomia provincial prepararia o “caminho para o estabelecimento de um Estado Judeu”; diziam-se eles dispostos a reconhecer os judeus palestinos somente como uma comunidade religiosa, e exigiam a suspensão da imigração judaica por ser esta uma “arma eficiente do sionismo na construção de um Estado Judeu” e estar em desacordo com o White Paper de 1939.

Decorridas umas três semanas apresentaram os árabes sua contraproposta, que incluía, entre outros itens: transformação da Palestina num Estado árabe independente “o mais tardar até 31 de dezembro de 1948”, proibição total da imigração judaica, controle governamental das escolas e estudo compulsório do árabe como língua oficial do país. (Observa Dov Joseph: “O plano árabe, se executado, significaria não só o fim do Lar Nacional Judeu conforme concebido na Declaração Balfour e no Mandato, mas também sujeitaria os judeus da Palestina à insegurança e opressão sofridas pelos judeus nos países árabes”).

Dois dias depois, inesperadamente, os ingleses suspenderam a conferência, pretextando necessitar de tempo para estudar as propostas.

³⁹ Dizia isso respeito, principalmente, a Shertok e Remez no primeiro caso, e a Ben-Gurion no segundo.

Visava com isso o governo britânico – como de hábito, aliás – ganhar tempo, deixando o assunto em suspenso até depois das eleições nos Estados Unidos e da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Embora não tomando parte na conferência de Londres, não estava a Agência Judaica de relações inteiramente rompidas com a potência mandatária; um contato informal foi mantido, mesmo durante o transcurso da conferência. E a 10 de outubro realizava-se uma troca de pontos de vista entre Weizmann (e alguns outros líderes judeus) e os secretários do Exterior e das Colônias. Nesse encontro retomou Bevin uma ideia proposta por Crossman nos Comuns dois meses antes, admitindo a possibilidade de uma administração provisória (*trusteeship*) – de três, cinco ou dez anos de duração – levando ao autogoverno. A 4 de outubro surgia um novo sintoma de que o governo britânico procurava um entendimento, pelo menos parcial, com os judeus: numa reorganização do Gabinete então efetuada passou a ocupar a Secretaria das Colônias Arthur Creech Jones, conhecido por suas atitudes e opiniões passadas como simpático à causa sionista.

Mas na mesma data em que Creech Jones assumia a pasta das Colônias, sofria o Foreign Office o impacto de nova intervenção do presidente Truman, que para os ingleses (é Harry Sacher que nos informa) vinha-se revelando “desapontadoramente persistente”. Falando em New York, como parte da campanha eleitoral para renovação do Congresso, relembrou o presidente americano os esforços vãos de sua Administração para persuadir a Grã-Bretanha a admitir 100.000 judeus na Palestina, e instou por uma imigração “substancial” nesse país, a ser iniciada imediatamente, pois “não podia aguardar uma solução do problema”. O Foreign Office, que tivera conhecimento prévio do pronunciamento de Truman e tudo fizera para evitá-lo⁴⁰, qualificou-o de “profundamente infeliz” e “capaz de pôr em perigo a solução desse difícil problema”. (E será preciso acrescentar que o State Department também esteve longe de se entusiasmar com as declarações de Truman?).

O desejo por um entendimento, manifestado pelo governo britânico nesse mês de outubro, seria de certo modo retribuído pelos dirigentes sionistas. Assim, no dia 29, o Inner Zionist Council, reunido em Londres,

⁴⁰ Bevin foi informado que se um pronunciamento público a favor do sionismo não fosse feito por Truman, então algo semelhante seria feito por Thomas E. Dewey, governador de New York e líder do Partido Republicano.

aprovou uma série de resoluções em que – embora recusando-se a considerar qualquer proposta restringindo o direito de todos os judeus ingressarem na Palestina ou a barganhar sobre a libertação dos seus líderes detidos já há quatro meses – condenava frontalmente os grupos terroristas e apelava à comunidade judaica da Palestina para que “lhes negasse qualquer encorajamento, apoio ou auxílio”. Foi isso considerado pelo governo inglês como uma “garantia do propósito da Agência Judaica e das instituições representativas judaicas da Palestina de se dissociarem da campanha de violência”. E não ficou apenas nisso, pois não tardariam novos gestos conciliadores ingleses.

Uma semana depois, a 5 de novembro, anunciou Creech Jones haver o governo concordado em libertar os líderes e outros judeus presos em junho (mas ao mesmo tempo seriam postos em liberdade vários extremistas árabes, permitindo-se a diversos outros – nessa ocasião anistiados – retornar à Palestina). A 20 divulgou-se que os proprietários de estabelecimentos e demais judeus despejados para acomodar as repartições governamentais atingidas pela explosão do Hotel King David⁴¹ receberiam indenizações. E na mesma ocasião foi tornado público que o recrutamento para a Jewish Settlement Police (Polícia Rural Judaica), suspenso desde junho, seria restabelecido. Tais atos, diz o historiador inglês Kirk, “frouxos como eram, lograram no entanto aliviar a tensão”.

A 9 de dezembro, em Basileia, após um intervalo de sete anos, inaugurou-se o 22º Congresso Sionista. Compareceram 385 delegados, oriundos de 61 países; a delegação mais numerosa era a dos Estados Unidos, onde se concentrava então – em consequência do extermínio quase geral do judaísmo europeu – a maior comunidade judaica do mundo. Em decorrência da predominância numérica americana, o partido com maior número de delegados (123) era o sionista-geral (burguês, conservador), ficando o Mapai (trabalhista), predominante nos congressos anteriores, em 2º lugar (com 101 delegados)⁴². Assistiram à cerimônia inaugural cerca de

⁴¹ O bloco de edifícios requisitados pela Administração palestinese, que os ingleses chamavam Jerusalém Fortress (Fortaleza de Jerusalém), foi apelidado pelos judeus de Bevingrad.

⁴² Em terceiro estava o Mizrachi (religioso), com 58 delegados, e em quarto os revisionistas com 41. delegados.

dois mil visitantes, inclusive membros do Corpo Diplomático (ingleses, todavia, conspicuamente ausentes).

Para a presidência do Congresso foi eleito Weizmann, com o voto de 51% dos delegados. Recomendou ele, em discurso inaugural, a aceitação de um plano de partilha (aliás já acordado meses antes pelo Executivo da Agência Judaica, segundo a fórmula “Peel mais Neguev”); nisso foi ele secundado por Ben-Gurion. Manifestaram-se, porém, violentamente contrários dois membros da delegação americana: o Dr. Emanuel Neumann (vice-presidente da Organização Sionista Americana) e o rabino Dr. Abba Hillel Silver. Este, além de se opor a qualquer redução do “solo sagrado”, expressou o receio de que o plano de partilha do Executivo enfraqueceria suas possibilidades de negociação. Mas outro delegado americano, o Dr. Nahum Goldmann, afirmou que o movimento sionista deveria estar pronto a fazer “concessões trágicas a fim de sair do presente impasse político”, e assim libertar-se do domínio estrangeiro e abrir as portas a uma imigração em grande escala.

No encerramento do debate político Weizmann voltou a falar, verberando então, com toda ênfase de que ainda era capaz, os terroristas e seus simpatizantes; advertiu ser imprescindível deter o crescimento desse “câncer no organismo político do judaísmo palestinese, pois do contrário devorará o movimento e o Yishuv, e destruirá tudo que construímos”.

Posta em votação a participação do Executivo na Conferência de Londres (quando a mesma fosse reaberta) – participação essa defendida pelos elementos moderados, liderados por Weizmann, Shertok e o rabino americano Stephen S. Wise – foi a mesma rejeitada, “nas atuais circunstâncias”, por escassa maioria: 171 a 154. A oposição, vitoriosa, foi nessa ocasião liderada pelo rabino Silver e por Ben-Gurion. Este, embora divergindo do radicalismo de Silver, aliou-se a ele no intuito de alijar Weizmann (que Ben-Gurion considerava ultrapassado, e quicá politicamente nocivo, devido ao seu filobritanismo) da direção do movimento sionista. Esse intuito foi alcançado: Weizmann, considerando sua derrota como um voto de desconfiança, recusou candidatar-se à reeleição para a presidência da Agência Judaica⁴³. Comentário de Harry

⁴³ Contudo, em deferência a Weizmann e ao muito que realizara em prol do sionismo, foi o cargo de presidente da Agência Judaica deixado vago. (Diz Kirk, um pouco maldosamente, que não havia no movimento sionista ninguém com estatura suficiente para substituí-lo.).

Sacher: “Mr. Bevin havia conseguido afastar da Agência Judaica o mais fiel amigo da associação e cooperação com a Grã-Bretanha.”

Para os últimos dias de 1946 voltemos à Palestina, onde dois rapazes do Irgun, de sobrenome Katz e Kimche, ambos com 17 anos – presos segundo Kirk por assalto a mão armada, segundo Beigin por porte de armas – foram sentenciados, além de a 15 anos de prisão, a 18 chibatadas. O Irgun, decidido a represálias (Beigin: “Durante setenta gerações, em setenta países, sofremos as chibatadas dos nossos opressores... Iria agora um opressor nos chicotear em nosso próprio país?”), afixou em logradouros públicos avisos (redigidos em inglês e hebraico) ameaçando, caso fosse executada a sentença no concernente às chibatadas, açoitar também militares britânicos (praças excetuados)⁴⁴. A oficialidade britânica, ao que parece, não deu muito crédito a essas ameaças, e assim, numa sexta-feira à noite, a 27 de dezembro, o jovem Kimche foi retirado de sua cela na Prisão Central de Jerusalém, sendo-lhe em seguida aplicadas as chibatadas. Não foi preciso esperar muito pela resposta do Irgun: já no domingo 29 foram capturados – em Nathanya, Tel Aviv e Rishon-le-Zion – um major e três sargentos britânicos; cada um deles recebeu exatamente 18 chibatadas.

O outro rapaz condenado à mesma pena não chegou a ser açoitado – essa parte da sentença, embora confirmada pelo general Barker, foi anulada por Sir Henry Gurney, secretário do governo palestinese, então substituindo o alto-comissário (que se encontrava em Londres, para consultas). Comentário de Beigin: “Katz não foi chicoteado. As autoridades, que acreditavam que o chicote nos daria uma lição, receberam elas próprias uma lição salutar... Nunca mais foi o chicote britânico usado em Eretz Israel”. A 21 de janeiro de 1947 divulgou-se uma emenda aos Regulamentos de Defesa reduzindo de 18 para 16 anos a idade máxima para jovens sujeitos a chibateamento (o que levou Churchill a exclamar nos Comuns: “Esse é o caminho da derrota abjeta!”).

Não há dúvida, e já tivemos exemplos disso, que a luta dos terroristas contra os que eles consideravam ocupantes estrangeiros apresentara até então momentos de humor, com aspectos até de comicidade, mas o que viria a seguir estaria inconfundivelmente sob o signo da tragédia.

⁴⁴ Num desses cartazes de advertência do Irgun um soldado britânico escreveu com letras bem grandes: “Por favor, não se esqueçam do meu sargento”.

Será preciso retroceder um pouco, para tomar conhecimento dos antecedentes. Primavera de 1946: um grupo de irgunistas, disfarçados alguns como árabes presos e outros como escolta britânica, penetrou, sem empecilhos, numa fortaleza policial em Ramat Gan; era seu objetivo abastecer-se de armas e munições. Os policiais que se encontravam no interior da fortaleza foram facilmente dominados e metidos no xadrez. Mas aí surgiu um imprevisto: não foi encontrada a chave do depósito de armas, tornando-se necessário dinamitar a porta. Isso, como não poderia deixar de ser, chamou a atenção dos guardas ingleses que se encontravam do lado de fora. Sob intensa troca de tiros foi ainda possível transportar até um caminhão (o mesmo em que os terroristas tinham vindo) metralhadoras (pesadas e leves), carabinas e caixas de munição. Nem todos, entretanto, escaparam: quatro rapazes do Irgun ficaram estendidos no terreno – três mortos e um gravemente ferido. Chamava-se Dov Gruner. (Também um policial inglês morrerá.).

Em janeiro de 1947 compareceu Dov Gruner perante uma corte militar. Em declaração que Beigin qualificou de “causticante, mas racional e digna”, recusou-se Gruner a reconhecer à corte o direito de julgá-lo. Disse ele, textualmente: “Quando em qualquer país um regime se torna um regime de opressão, ele deixa de ser legal. É direito de seus cidadãos – ainda mais, é seu dever – lutar contra ele e derrubá-lo. É isso que a juventude judaica está fazendo e continuará a fazer, até que os senhores se retirem deste país e o restituam ao seu legítimo dono – o povo de Israel. Pois fiquem sabendo; não há no mundo força capaz de quebrar o elo entre o povo de Israel e seu único país. Aquele que o tentar – sua mão será cortada e a maldição de Deus recairá sobre ele para todo o sempre”. Ao ouvir a sentença, condenando-o “a ser pendurado pelo pescoço até morrer”, Gruner replicou cantando a Hatikva.

Conhecida a sentença, enviou o Irgun às autoridades britânicas a seguinte advertência (a nosso ver um tanto bombástica e ambígua): “Execução de prisioneiro de guerra é assassinato premeditado. Advertimos o sangrento regime britânico contra o cometimento desse crime”. Entretanto, contrariando um impulso inicial de seus dirigentes, não tomou o Irgun represálias imediatas – primeiro, porque a sentença estava ainda sujeita a confirmação pelo comandante em chefe das forças britânicas, e segundo, porque havia esperança de uma comutação da pena (não só em

virtude de diversos precedentes⁴⁵ como também porque durante a guerra Gruner servira com distinção como soldado britânico). Não foi, porém, preciso esperar muito: a 24 de janeiro o general Barker confirmava (sem, contudo, dar logo à publicidade) a sentença de morte, ficando a execução marcada para o dia 29, terça-feira.

No domingo o Irgun deu início à sua caça a reféns raptando em Jerusalém um major Collins (do Serviço Secreto Britânico); buscas intensivas empreendidas pelas autoridades britânicas não lograram localizá-lo. No dia seguinte, véspera da data marcada para a execução de Gruner, agentes do Irgun irromperam num julgamento que se realizava na corte distrital daquela mesma cidade, levando preso o juiz Windham (membro de tradicional família inglesa) que na ocasião o presidia. O alto-comissário convocou representantes da Agência Judaica e apresentou-lhes um ultimato: caso os dois cidadãos britânicos raptados não fossem libertados, incólumes, dentro de 48 horas, a área de Tel Aviv seria posta sob as ordens de um comandante militar (isto é, ficaria sob lei marcial). Quase concomitantemente divulgou-se a notícia de que o advogado de Gruner preparava um apelo ao Conselho Privado⁴⁶, no que se baseou o comandante em chefe britânico para adiar *sine die* a execução. Diante disso, e talvez também devido à enérgica atitude da Agência Judaica – a Sra. Golda Meyerson (depois Meir), então na chefia do seu Departamento Político, ameaçara mobilizar a Haganah para descobrir o paradeiro dos dois ingleses – o Irgun, a 29 de janeiro, pôs em liberdade os dois reféns. (Informa Beigin que o juiz Windham se comportou como *gentleman*, recusando-se a revelar o local onde estivera detido, embora o tivesse reconhecido, pois seus captores, na pressa, se esqueceram de lhe vendar os olhos...).

Continuava a tensão, porém. A 31 de janeiro foi ordenada a evacuação de todas as mulheres e crianças britânicas, bem como de alguns outros civis, “a fim de que o governo e as forças armadas não fossem estorvadas em sua tarefa”. Quanto aos funcionários e demais cidadãos britânicos cuja permanência na Palestina era considerada indispensável, revelou-se a 4 de fevereiro que os mesmos ficariam concentrados, nas três grandes cidades, em determinadas “zonas de segurança”, cercadas de arame

⁴⁵ Em 1946 os britânicos haviam imposto na Palestina 19 penas de morte, todas posteriormente comutadas para prisão perpétua.

⁴⁶ Gruner se recusaria a assinar tal apelo.

farpado e bem guardadas, e das quais para que fosse possível acomodar o funcionalismo britânico, haviam sido expulsos de seus lares 2.300 judeus e 80 árabes. Dessas “zonas de segurança” – que Beigin, ironicamente, qualificou de “guetos” – os ingleses só podiam sair em comboios de veículos escoltados por soldados armados de metralhadoras.

Na véspera (3 de fevereiro) foi a Agência Judaica intimada a “declarar, imediata e categoricamente, se a Agência e o Vaad Leumi estão preparados para, dentro de sete dias, prestar seu auxílio ao governo, cooperando com a polícia e as forças armadas na localização e entrega à justiça de membros de grupos terroristas”. Uma semana depois veio a resposta, negativa; dizia em parte: “Não se pode pedir à comunidade que se coloque à disposição do governo para combater as más consequências de uma política pela qual o próprio governo é responsável e que o Yishuv considera uma ameaça à sua existência”.

A esse tempo já havia sido reaberta (em sua segunda fase, que seria aliás tão inconclusiva quanto a primeira) a Conferência de Londres, com a presença de representantes árabes (já agora acrescidos de árabes palestinos) e do governo britânico. Achavam-se igualmente em andamento, há alguns dias, negociações informais entre dirigentes da Agência Judaica (vários membros de seu Executivo encontravam-se então em Londres), chefiados por Ben-Gurion e Shertok, e representantes do governo britânico, sob a chefia de Bevin e Creech Jones.

As discussões anglo-judaicas foram, no dizer de Sacher, “francas e livres, mas frequentemente confusas e repisadas”. No decorrer das mesmas, contudo, fez Bevin uma espécie de ameaça: caso não se chegasse a um acordo, ele submeteria o problema palestino às Nações Unidas. Os representantes sionistas (ao que parece pouco entusiasmados com a perspectiva de ver o caso entregue à ONU) chegaram então a admitir – como alternativa à transformação da Palestina num Estado Judeu, ou à manutenção, do mandato nas condições vigentes antes de 1939 – que se lhes fosse oferecido um Estado Judeu viável numa área adequada da Palestina, estariam dispostos a discuti-lo. O porta-voz dos árabes palestinos, porém, advertiu que eles combateriam qualquer espécie de partilha “com todos os meios ao seu alcance”, desinteressando-se consequentemente o governo britânico (não obstante opinião em contrário de Creech Jones) dessa sugestão.

A 7 de fevereiro apresentou Bevin um novo plano, sua última oferta de concessões”. Compreendia esse “Plano Bevin”, em resumo, o seguinte: a) manutenção por cinco anos da administração britânica, preparando o país para a independência sob forma de um Estado binacional; b) transferência de certos poderes legislativos, administrativos e financeiros, inclusive uma parcela de responsabilidade pela polícia, às administrações locais das áreas árabes e judaicas, devendo o alto-comissário esforçar-se para formar um conselho consultivo de representantes dessas administrações locais, bem como de organizações trabalhistas e outros “interesses organizados”⁴⁷; c) extinção da Agência Judaica; d) imigração judaica à razão de 4.000 por mês durante os próximos dois anos, após o que passaria a ser determinada pelo alto-comissário, ouvido o conselho consultivo; e) transferência de terras para controle pelas administrações locais judaicas e árabes em suas respectivas áreas; f) ao fim de quatro anos uma assembleia constituinte, eleita, seria convidada (havendo acordos entre as maiorias árabe e judaica) a estabelecer um Estado independente – não sendo isso possível, recorrer-se-ia às Nações Unidas.

O Plano Bevin foi, de pronto, rejeitado por judeus e árabes. Shertok declarou que “a área concedida aos judeus era inadequada, pois os encurralava sem possibilidade de expansão”, e reiterou o pedido de “estabelecimento duma área judaica adequada, com controle completo da imigração e eventual reconhecimento da independência judaica em pelo menos parte da Palestina”. E os líderes das delegações árabes recusaram-se, mais uma vez, a aceitar propostas envolvendo qualquer forma de partilha ou imigração judaica. Desse modo, impasse completo.

A 18 de fevereiro o governo britânico pôs abruptamente fim à conferência com os árabes e às conversações informais com os sionistas. Nessa data anunciou Bevin ao Parlamento – “em desespero e cólera” (Dov Joseph), “zangado e frustrado” (Kimche)⁴⁸ – haver o governo de Sua Majestade resolvido entregar o problema palestino às Nações Unidas. Manifestaram-se de acordo com essa decisão todos os partidos representados no Parlamento. Informou Bevin não ser intenção do governo

⁴⁷ Estabelecia o plano, portanto, o que poderíamos chamar de autonomia cantonal, não se cogitando de autonomia provincial e muito menos de partilha.

⁴⁸ Nessa mesma semana os ingleses – a braços com um rigorosíssimo inverno e uma crise interna de abastecimento – anunciariam sua retirada da Índia e da Grécia.

britânico recomendar qualquer solução às Nações Unidas (é muito possível que ele não desejasse mesmo que uma solução fosse encontrada), advertindo também contra uma excessiva pressa em se chegar a uma solução: “Após 2.000 anos de desacordo, uns doze meses mais não constituirão uma espera longa”. O secretário das Colônias, Creech Jones, foi um pouco mais explícito: “Não vamos às Nações Unidas para entregar o Mandato. Vamos às Nações Unidas expondo os problemas e pedindo-lhes conselho sobre como o Mandato pode ser aplicado. Se o Mandato não pode ser aplicado em sua forma atual, então perguntamos-lhes como poderá ser emendado”. Explica Sacher: o que o governo britânico visava “era um mandato novo, que poderia, caso necessário, ser revestido com a autoridade da opinião mundial”; e nesse mandato novo, possivelmente, não caberia mais a incômoda obrigação de estabelecer o Lar Nacional Judaico.

Enquanto eram aguardados os primeiros passos para a entrada em ação da ONU, continuava o Irgun em plena atividade. A 1º de março lançava essa organização, conforme palavras de seu chefe, “uma nova onda de ataques, de amplo raio de ação e poderosa e profunda penetração”. Naquele dia, um sábado – e era a primeira vez que atos de terrorismo eram cometidos no sabá – à tarde, o Clube dos Oficiais em Jerusalém (protegido por arame farpado e ninhos de metralhadoras) foi destruído por explosivos. À noite, em Haifa, foi atacado um parque automobilístico da Marinha, sendo destroçadas várias viaturas. Ataques de menores proporções ocorreram em outras localidades, entre as quais Rehovoth, Pardess Hannah e Petah Tiqva. Resultado geral (segundo Kirk): 18 mortos e 25 feridos (28 segundo Beigin).

Em represália, as autoridades britânicas concretizaram a ameaça feita já há algum tempo: lei marcial. Foi esta imposta em duas áreas de densa população judaica: uma faixa de aproximadamente 4 milhas de largura e 7 de extensão, que se estendia de Tel Aviv para leste até Petah Tiqva, e um setor de Jerusalém (acreditavam os ingleses que nessas áreas se encontravam os centros de operações dos terroristas). Foram afetados com essa medida cerca de 240.000 judeus, o que representava então mais de um terço de toda a comunidade judaica da Palestina. O plano de aplicação da lei marcial – preparado, segundo se informou em Londres, pelo marechal Montgomery – compreendia: suspensão da administração civil e dos tribunais civis, fechamento dos bancos, suspensão dos serviços postais e telegráficos, restrições às comunicações telefônicas, controle militar do

movimento de pessoas e veículos (ônibus e outros veículos motorizados ficaram proibidos de trafegar, exceto com autorização especial)⁴⁹, criação de um tribunal militar especial, etc. A Agência Judaica emitiu um comunicado de protesto, em que dizia: “O governo está agora retaliando contra todo o Yishuv pelos crimes de alguns pistoleiros desesperados, e procura, com a imposição da lei marcial, castigar uma comunidade inteira”.

Decretada pelo alto-comissário a 2 de março, vigorou a lei marcial até o dia 17, sem que houvesse sido alcançado pelos ingleses qualquer resultado positivo, e, diz Kirk, deixando entre os terroristas, após o seu término, “uma sensação de autêntico triunfo”. Em comunicado oficial anunciou-se: 78 pessoas haviam sido presas por cumplicidade com terroristas; houve na comunidade judaica “casos” de disposição em auxiliar as autoridades; “não se desejara prolongar indefinidamente as perdas, o desemprego e a perturbação na situação econômica”. (Os prejuízos diretos sofridos pela coletividade judaica em consequência da lei marcial foram calculados em cerca de duzentas mil libras esterlinas; o número de desempregados atingiu, somente em Tel Aviv, a 15.000; um milhão de caixas de frutas cítricas se estragaram nas áreas portuárias, e numa área de 15 km² não se efetuou a colheita.).

Enquanto isso prosseguia – pode-se dizer quase que no mesmo ritmo – a campanha terrorista. A 31 de março foram incendiados os depósitos de óleo da refinaria de Haifa, causando um prejuízo de 250.000 libras.

Até então, entretanto, não dera o governo britânico nenhum passo concreto para passar à consideração das Nações Unidas o problema palestinese. Isso porque era sua intenção (para ganhar tempo?) aguardar a reunião normal da Assembleia Geral, marcada para setembro. Se quisesse, poderia o governo inglês ter recorrido logo ao Conselho de Segurança, cujo funcionamento era contínuo e além disso tinha poderes para determinar a aplicação de medidas punitivas; o Gabinete Attlee, porém, não o fez, alegando ser o Conselho de Segurança “um instrumento imperfeito”.

Não duraria muito, contudo, essa calma, não só devido ao agravamento da crise palestinese como também à oposição conservadora (na qual se destacava, com veementes intervenções nos Comuns, Winston Churchill). E assim, já a 2 de abril a delegação britânica às Nações Unidas

⁴⁹ A população reagiu esportivamente, andando a pé ou fazendo uso de carroças e bicicletas.

solicitava ao secretário-geral interino Dr. Victor Chi Tsai Hoo a convocação, “o mais breve possível”, de uma sessão especial da Assembleia Geral, com a finalidade de instituir uma comissão especial para estudar a questão palestinese e relatar suas conclusões à sessão ordinária da Assembleia em setembro.

Na Palestina o agravamento da situação refletia-se por atos de violência, já agora de parte a parte – pois se, por um lado, a campanha terrorista prosseguia ininterruptamente, pelo lado britânico (e, note-se, são palavras de Kirk) “houve um aumento no número de assaltos por soldados e policiais contra judeus em Jerusalém”.

Na manhã de 16 de abril um impacto emocional. Após uma série de cínicos desmentidos e despistamentos⁵⁰, milhares de judeus palestineses que se encontravam com seus rádios ligados foram surpreendidos por um lacônico comunicado oficial lido, com voz embargada, por uma locutora judia: “Esta manhã, na prisão de Acre, Dov Gruner, Dov Rosenbaum, Mordechai Alkoshi e Eliézer Kashani foram executados por enforcamento”. Não se lhes permitiu, em seus últimos momentos, nem mesmo o conforto espiritual de um rabino.

⁵⁰ Um porta-voz do governo palestinese informara recentemente que as execuções dos condenados à morte estavam adiadas até decisão do Conselho Privado (ao qual a Municipalidade de Tel Aviv submetera um apelo, que aliás seria rejeitado após o fato consumado); o procurador-geral confirmara essa informação; um ajudante de ordens do alto-comissário declarou: “Creiam-me, não queremos enforcar esse pobre rapaz”; e, suprema hipocrisia, fora concedida uma autorização à irmã de Dov Gruner, Helen Friedman, recém-chegada dos Estados Unidos com esse objetivo, para visitar seu irmão na prisão.